

# PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 15 | Dezembro 2003

## Em Destaque O futuro dos territórios rurais



Amândio Sousa Vieira

P 9 a 12 Vale do Lima

P 13 Conclusões da Conferência sobre Sociedade de Informação | P 15 Salzburgo: Uma sinfonia rural para o séc. XXI?



# Que rural propõem as políticas de desenvolvimento?

Apesar das incertezas e das indecisões, o que nos dizem os autores das próximas páginas é de uma imensa esperança. Fala-se dos projectos e das metodologias, fazem-se balanços e colocam-se as questões essenciais: como garantir a continuidade; que legitimidade após tantos anos de trabalho; porque nos preocupamos com a sustentabilidade; quais são as opções nacionais; qual é o projecto comunitário.

Dezembro, com o Natal próximo e as cintilações de todas as festas pelo país fora... Apesar de um contexto difícil, que é o de um mundo em mudança acelerada, fruto de uma globalização crescente, apesar das incertezas e das indecisões, o que nos dizem os autores das próximas páginas é de uma imensa esperança e de uma grande lucidez. Pessoas que, individualmente ou associadas, caminhando, empreenderam e colheram os frutos dessa experiência, através de um exercício de reflexão partilhada e, por vezes, certamente conflituosa.

E de que nos falamos? Desse caminho, das realidades que fazem os seus lugares, do muito que têm, das dificuldades e do que se pode vir a fazer. Por poucas palavras, fala-se dos projectos, das metodologias, fazem-se balanços e colocam-se as questões essenciais: como garantir a continuidade; que legitimidade encontramos após tantos anos de trabalho; que compromisso assumimos para merecer essa legitimidade; o que significa qualificação dos actores locais; porque nos preocupamos com a sustentabilidade; quais são as opções nacionais; qual é o projecto comunitário. São questões que não são só questões, porque se alimentam de um saber empírico e teórico: o saber académico daqueles que são os LEADER locais e o saber empírico que vem da experiência de terreno, do confronto com a realidade do dia-a-dia, e que se traduzem muitas vezes em propostas implícitas.

Se lermos atentamente, está lá muito, está lá quase tudo. "Há quem pense que o mundo rural, na acepção aqui defendida, pode desaparecer sem grandes danos para a sociedade; que aliás esse é o rumo normal, e até desejável: não passa de uma realidade residual que remete para um passado pobre e tosco. Dele conservar-se-á o estritamente necessário: o espólio cultural, devidamente acondicionado em unidades museológicas e o espaço físico, funcionalmente reproduzido por agricultores promovidos a jardineiros da paisagem e votado ao consumo recreacional pela indústria turística", alerta Maria Priscila Soares, coordenadora do GAL da associação In Loco.

E, como se de um único texto se tratasse, Pedro Dornellas, da associação Vicentina, continua. "Consensualizar estratégias e objectivos, constituir parcerias, promover e contribuir para o fortalecimento das organizações sectoriais que estabeleçam objectivos e metas claras, que gradualmente se profissionalisem e que estejam um bocadinho para além do mero protagonismo de circunstância, é um trabalho árduo, lento e polémico que depende, e muito, dos poderes locais regionais e nacionais, de políticas nacionais de desenvolvimento que tenham em conta as especificidades locais e que, ao invés de procurar uma 'normalização' perigosamente assassina das dinâmicas locais, deveria descentralizar, responsabilizar, acompanhar e avaliar".

No "Requiem pelo espaço rural português" assinado por Pedro Saraiva da TAGUS e na "Sinfonia rural para o século XXI", assinada pela Federação Minha Terra, as imagens associadas à música não são uma coincidência: depois da Conferência Europeia realizada em Salzburgo, cujas Conclusões aqui se apresentam, surge a questão central da continuidade dos programas de desenvolvimento rural, das decisões políticas comunitárias e nacionais.

É também com a preocupação da sustentabilidade no futuro - que se equaciona já em 2006 - que a associação Adeliaçor aposta na diversificação das suas actividades e áreas de intervenção, assente num trabalho partilhado e participado realmente com as populações.

A importância da qualificação e da legitimidade dos actores depende desta participação efectiva das populações nos processos de inovação e de transformação para a criação de identidades fortes. "É pois necessário que as ADL sejam 'encaradas' e 'tratadas' como estruturas profissionais, altamente organizadas, com um profundo auto-conhecimento e uma importante interacção com o meio envolvente, com elevada capacidade de auto-crítica/auto-avaliação e que prestam um serviço de qualidade, altamente relevante para os territórios rurais", defende Alcina Costa, da ADAE.

Neste número do *Pessoas e Lugares*, espaço ainda para a Conferência "Dinâmicas e Ligações entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação", realizada no âmbito do Vector 3 do Programa LEADER+ e que envolveu diferentes entidades e especialistas e se debruçou sobre a importância da incorporação crescente das TIC e das suas mais-valias para o futuro dos territórios rurais.

Na rubrica *Territórios*, o Vale do Lima, zona da intervenção da Adril, onde a progressiva evolução para a terciarização das actividades e do emprego, não impede o investimento numa produção de alta qualidade, quer se fale dos vinhos, da carne Barrosã, dos lacticínios, quer de outros produtos agro-industriais e artesanais.

O turismo de qualidade ganhou uma forte expressão no Vale do Lima, que assenta também num esforço de animação, de articulação e de complementaridade na oferta turística. De uma região onde o granito se exprime intensamente no património construído e se fazem "milagres com pedras"; "A vaca das cordas", "A mesa dos Quatro Abades" e "A pisada de uvas", são nomes de algumas das peças esculpidas pelos "irmãos Sequeiros" que, graças à qualidade e originalidade do seu trabalho, mereceram vários prémios nacionais de artesanato, naquele esforço e capacidade empreendedora das pessoas que marcam a diferença nas suas vidas e nos territórios que habitam.

Resta-nos desejar às equipas técnicas, às populações, às instituições parceiras, um Feliz Natal e um excelente Ano Novo.

Cristina Cavaco

## NOTA DA REDACÇÃO

O "Pessoas e Lugares" errou

No último número do *Pessoas e Lugares*, na rubrica *Territórios*, na página 11, onde se lê "PDL LEADER+ da ACAPORAMA, deve ler-se "PDL LEADER+ da ADELIAÇOR". Pelo facto, apresentamos as nossas desculpas a todos os nossos leitores, especialmente às duas associações acima referidas, designadamente à ADELIAÇOR.

# Semear o futuro rural

perspectivas para uma política rural numa Europa alargada

A 2ª Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural, realizada em Salzburgo, de 12 a 14 de Novembro, sob os auspícios do comissário da Agricultura, Franz Fischler, quer pela temática, quer pela presença de 1 200 participantes, representantes de 27 Estados (os actuais 15 países da União Europeia e os novos aderentes), revelou-se especialmente importante.

A defesa de um fundo rural único a nível europeu, foi a principal ideia que saiu dos três dias de trabalho desta Conferência, cujas conclusões incidem a necessidade de manter um mundo rural “essencial para a agricultura, tal como esta é essencial para um mundo rural vivo”. Considerando que neste encontro se definiram as grandes linhas de orientação política para os territórios rurais e sublinhando a sua importância para o futuro do mundo rural, o IDRHa considerou oportuno divulgar, neste espaço, as conclusões finais desta conferência.

A Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, reunida em Salzburgo de 12 a 14 de Novembro de 2003, para avaliar a implementação da política europeia de desenvolvimento rural desde a Agenda 2000 e perspectivar necessidades futuras; representando um vasto conjunto de intervenientes interessados activamente em garantir que o desenvolvimento económico, ambiental e social das áreas rurais da Europa seja sustentável; acreditando que, numa Europa alargada aos 27 Estados-membros, o futuro das áreas rurais, que representará a maior parte do seu território e será abrigo para a maior parte da sua população, é de vital interesse para todos os cidadãos europeus; reconhecendo a diversidade das áreas rurais da Europa, no que respeita às suas paisagens naturais, aos seus sistemas de produção agrícola, às suas capacidades de manter e atrair populações e ao papel da agricultura e diversificação na economia local; preocupados com a existência de um significativo número de áreas rurais onde o fraco acesso a serviços públicos, a escassez de empregos alternativos e a estrutura etária, reduzem significativamente o potencial de desenvolvimento, particularmente no que respeita a oportunidades para mulheres e jovens; registando a progressiva importância dada pelos cidadãos europeus à segurança e qualidade alimentar, às condições de bem-estar animal e à preservação e melhoria do ambiente rural; convencidos do papel essencial que a agricultura e a floresta continuam a desempenhar na configuração da paisagem rural, na manutenção e viabilidade de comunidades rurais; conscientes do processo em curso de reforma da Política Agrícola Comum, das mudanças do comércio mundial e da necessidade de ajudar os agricultores europeus a reforçarem o seu papel multifuncional de guardiões das zonas rurais e dos produtores em toda a Europa, incluindo as áreas desfavorecidas e as regiões isoladas ou periféricas; reconhecendo que o desenvolvimento das áreas rurais não pode basear-se apenas na agricultura e que a diversificação, tanto dentro como fora do sector agrícola é indispensável para promover comunidades rurais viáveis e sustentadas; aceitando o fortalecimento da política de desenvolvimento rural da União Europeia no âmbito da Agenda 2000, o alargamento das suas competências e o reforço do seu financiamento, recentemente aprovado após a reforma da PAC em 2003; lembrando que a política de desenvolvimento rural da União Europeia constitui já um importante contributo para a coesão económica e social, e que este facto deve ser reforçado com o alargamento da União Europeia; convencidos que existe uma forte justificação para o apoio público à política de desenvolvimento rural da União Europeia, facilitando o processo em curso de reestruturação da agricultura, o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais e uma relação equilibrada entre o campo e as cidades; preocupados com a complexidade dos actuais sistemas de execução da política europeia de desenvolvimento rural, com diferentes fontes de financiamento e de

procedimentos, conforme a intervenção seja implementada dentro ou fora de regiões de Objectivo 1; consideram que a futura política de desenvolvimento rural deve ser orientada pelos seguintes princípios:

1. Um mundo rural vivo não interessa apenas à sociedade rural, mas também a toda a sociedade. Os investimentos no sentido do alargamento da economia e das comunidades rurais são vitais para aumentar a atractividade das zonas rurais, promover o crescimento sustentável e gerar novas oportunidades de emprego, particularmente para os jovens e as mulheres. Eles devem ter por base as necessidades específicas das diferentes zonas e apoiar-se plenamente sobre o potencial das áreas rurais locais e das comunidades. Um mundo rural vivo é essencial para a agricultura, tal como a actividade agrícola é essencial para um mundo rural vivo.
2. Preservar a diversidade dos campos europeus e estimular os serviços produzidos por uma agricultura multifuncional revestem-se de uma importância crescente. A gestão do meio ambiente agrícola e florestal servirá para preservar e favorecer a paisagem natural e a diversidade de herança cultural da Europa, em particular nas zonas rurais mais isoladas com seus locais de grande valor natural.
3. A competitividade do sector agrícola deve ser um objectivo-chave, tendo em atenção a diversidade do potencial agrícola nas diferentes zonas rurais. Este facto assume particular importância para os novos Estados-membros, tendo em conta as futuras reestruturações agrícolas esperadas nesses países. Em todos os Estados-membros, o crescimento da economia sustentável do sector agrícola deve resultar cada vez mais da diversificação, da inovação e da produção de bens de valor acrescentado, que os consumidores exigem.
4. A política de desenvolvimento rural deve aplicar-se em todas as zonas rurais da Europa alargada, de modo que os agricultores e outros actores rurais possam responder aos desafios da reestruturação em curso do sector agrícola, dos efeitos da reforma da PAC e das mudanças da estrutura do comércio agrícola.
5. A política de desenvolvimento rural deve responder às necessidades de uma sociedade mais ampla nas áreas rurais e contribuir para a sua coesão. Fortalecer o alargamento das comunidades rurais, promoverá o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, que é desejado por todos os actores rurais.
6. A política de desenvolvimento rural deve ser implementada em parceria entre organizações públicas, privadas e a sociedade civil, em conformidade com o princípio da subsidiariedade. Para responder de forma eficaz às necessidades locais e regionais, é essencial um amplo diálogo entre os actores rurais, ao nível da concepção e consequente implementação, acompanhamento e avaliação dos programas. A futura política para as áreas rurais deve integrar parcerias locais ascendentes, apoiando-se na abordagem apreendida do programa LEADER. Deve ser dada uma margem para a exploração de novas e inovadoras abordagens à escala local.
7. Uma responsabilidade acrescida deve ser dada às parcerias previstas nos programas, para elaborar e aplicar estratégias compreensíveis baseadas em objectivos e resultados esperados que sejam claramente definidos. Isto requer uma transparência e rigor acrescidos, através do acompanhamento e da avaliação. Para tal, é essencial capacidade de empreendimento. Por outro lado, as parcerias devem ter mais possibilidades de aprendizagem mútua, através do trabalho em rede e de troca de boas práticas.
8. Uma significativa simplificação da política europeia de desenvolvimento rural é necessária e urgente. A sua implementação deve basear-se num sistema único de programação, de financiamento e de controle, ajustado às necessidades do desenvolvimento rural.

# Requiem pelo espaço rural português

## Introitus

Numa altura em que da terra que viu nascer Wolfgang Amadeus Mozart se propagaram benefícios e eficácia quanto às políticas que a ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural, pode e proporcionou no passado, muitas são as incertezas quanto à encomenda de obra que de Salzburgo saiu para a política de desenvolvimento rural europeia, e muito concretamente para esta pequena iniciativa que muitos contributos relevou ao serviço das comunidades que persistem e insistem em permanecer em espaço rural.

Com um discurso sentido sobre o método e seus efeitos, apenas se omitiu a equação da sua aplicabilidade futura.

## Kyrie eleison

Por nós, cremos e queremos acreditar que esta forma de actuar com e junto de a quem são dirigidas as políticas é a forma de melhor aplicar os poucos meios disponíveis para uma quimera que se depara tão exigente e volumosa.

Cremos que de uma visão participada resultam parcerias que se complementam e ajustam as práticas às necessidades, contribuindo assim para o rejuvenescimento do espaço rural português. Acreditamos ainda que o espaço rural não é o resultado da soma de um sector de actividade, mas sim da conjugação exponencial dos diversos sectores que cada vez mais o constituem e reforçam a sua singularidade.

## Sequenz

Numa experiência que se iniciou nos anos 90, muitos erros se cometeram e enormes êxitos se obtiveram, num processo que cresceu e hoje está próximo da maioridade, alguns lhe querem enviar a filosofia em missão de mártir para as grandes e unissonas políticas do Desenvolvimento Rural, em contraponto às práticas demonstradas de reforço pela singularidade.

## Offertorium

De nós, recebi a firme determinação e humildade para continuar a servir as populações e as entidades que acreditam no desenvolvimento em espaço rural, colocando ao seu dispor os ensinamentos recolhidos por conjuntos dinâmicos de jovens parcerias territoriais que articulam as políticas públicas com as necessidades e potencialidades privadas.

## Sanctus

Bem-dito seja o seu nome, aqui no nosso território como no espaço europeu, onde a ligação de acções de desenvolvimento da economia rural se assume como a concretização das abordagens integradas que não se compreendem na visão monoclar de uma estrutura de equilíbrio difícil assente num só pilar, como a que se desenha para o Desenvolvimento Rural.

## Benedictus

Em Salzburgo todos os intervenientes referiram como um importante modelo aquele que o LEADER traz para os territórios, devendo desde logo passar a ser encarado como uma proposta bem-dita para a inclusão na política nacional dedicada ao apoio e desenvolvimento em espaço rural Português.

## Agnus Dei

De um projecto com uma insignificância financeira tão evidente, que representa 0,7 por cento das verbas disponíveis para o Desenvolvimento Rural na política agrícola Europeia, não podemos deixar de referir orgulhosamente que obteve proporcionalmente enorme visibilidade, em princípio decorrente da sua eficiência e eficácia, o que redobra ainda mais a sua pertinência e a valia da metodologia com que se faz aplicar.

Um cordeiro que apontou tais caminhos, não pode e não merece tal tratamento sacrificial.

## Communio

Partilhar e dar em comunhão para que sempre perdure e se mantenha viva a principal tradição do espaço rural português. A entreatura e cooperação na realização dos trabalhos do campo, congregando esforços e reforçando sinergias para fazer mais e melhor. É esse o espírito que deve perdurar para que no futuro os nossos territórios rurais possam manter a alma que tão solidamente no passado os caracterizou. Como nota final, não podia deixar de justificar uma abordagem tão díspar no modelo, mas, tocado pela coincidência do local escolhido para a realização da conferência europeia sobre o Desenvolvimento Rural, que viu nascer um dos maiores vultos criativos do século XVIII, não consegui resistir ao impulso que, uma das suas mais virtuosas criações, pode aportar ao texto que me foi pedido sobre uma visão do futuro dos territórios rurais.

Claro é, que não considero que o momento seja o de *Requiem* pelo Espaço Rural, mas tenho consciência que se nada for feito no sentido do reforço das parcerias territoriais quer individualmente quer pelo seu colectivo, o futuro do movimento que transporta tão emblemático pendão pode ser o de cair no esquecimento e embrenhar-se nas malhas de um sistema que, da nossa experiência recente, o vai aniquilar pelas forças de inércia e inaptidão operativa que o sobrecarregará no presente, condicionando-o no seu futuro.

Assim, só temos de acreditar que do reforço das competências disponíveis para os nossos territórios e na concentração da diversidade nacional que representamos, o novo Mundo Rural surgirá pelas mãos de quem vê as potencialidades e se revê na sua autenticidade.

Pedro Saraiva  
TAGUS





# Manter vivo o mundo rural é uma aposta de primeira necessidade

O mundo rural tem vindo a desaparecer a um ritmo acelerado. Nas periferias urbanas, é engolido pelas cidades em rápida expansão, para dar lugar a espaços heteróclitos e desordenados, que não são bonitos de se ver nem bons para se viver. Nas áreas com condições mais favoráveis – em termos de relevo, de fertilidade dos solos, de acesso aos mercados - é banido pela agro-indústria, que converte os campos em fábricas de processamento de alimentos a céu aberto.

Nos territórios mais isolados e menos férteis, é vítima de marginalização... correndo agora o risco de se transformar num cenário idílico para cidadãos nostálgicos em busca do mundo de antigamente.

Estes três destinos, aparentemente tão diversos, encontram-se profundamente associados: são fruto de um sistema que apostou no crescimento, no produtivismo e no consumo desenfreado, até de imaginário!

É necessário e urgente forjar formas de habitabilidade, de sociabilidade, de trabalho e de consumo mais equilibradas, mais solidárias e mais ecológicas, capazes de garantir um futuro para a terra e para os seres que a povoam. Neste quadro, a recriação do mundo rural impõe-se, como espaço de natureza e de cultura, de produção e de consumo, de vida e de recreação; em primeiro lugar para os que nele vivem e o modelam, mas também para todos os outros, que nele podem reencontrar forças e renovar afectos.

Uma tal possibilidade requer mudanças políticas, sociais e culturais de peso. É um combate de civilização.

No dia-a-dia, essa luta passa, também, pela acção persistente em prol da melhoria das condições de vida dos habitantes do meio rural e da promoção da sua participação activa na construção de um futuro para as suas comunidades e territórios. O que também indica que são necessárias outras lutas, noutras frentes e a outros níveis.

As associações de desenvolvimento local em meio rural têm sido um agente essencial na animação deste tipo de processos, tanto mais que, muito frequentemente, os territórios se encontram relativamente esvaziados de gentes, de esperança, de dinamismo.

Normalmente, procura-se avaliar a eficácia da sua acção em termos de empresas criadas, consolidadas ou alargadas, de número de novos postos de trabalho estabelecidos ou estabilizados, de aumento da produção local (tradicional e inovadora), de novos serviços instalados, etc.

Esta contabilidade é legítima e necessária, mas não permite captar outras mudanças, porventura mais substantivas, que estarão na origem das alterações quantificáveis. Pensamos na recuperação do orgulho e dignidade por parte de populações desvalorizadas e auto-desvalorizadoras, da descoberta e reconstrução de uma identidade por parte de grupos, de comunidades e de territórios, da conquista da cidadania, como direito e como responsabilidade de todos.

Há quem pense que o mundo rural, na acepção aqui defendida, pode desaparecer sem grandes danos para a sociedade; que aliás esse é o rumo normal, e até desejável: não passa de uma realidade residual que remete para um passado pobre e tosco. Dele conservar-se-á o estritamente necessário: o espólio cultural, devidamente acondicionado em unidades museológicas e o espaço físico, funcionalmente reproduzido por agricultores promovidos a jardineiros da paisagem e votado ao consumo recreacional pela indústria turística.

No entanto, multiplicam-se os sinais de entropia: regiões inteiras esvaziam-se de pessoas e de actividades; os incêndios consomem extensas áreas relativamente desertificadas, a cada Verão que passa; de tempos a tempos, os alimentos da agro-indústria lançam o pânico entre os consumidores, e muitos dos que se encontram devidamente normalizados bem merecem a designação de OCNI's (objectos comestíveis não identificados); os migrantes rurais encontram dificuldades acrescidas de integração social nas cidades para que se deslocam; as metrópoles crescem assustadoramente, perdendo a escala humana; as pessoas sentem-se perdidas, órfãs de passado e de comunidade, incapazes de se projectar num futuro que se prevê cada vez mais incerto. Manter, fazer viver o mundo rural é uma aposta de primeira necessidade. E isso requer do poder político uma visão que ultrapasse os estreitos limites da racionalidade economicista, programas de financiamento generosos e flexíveis, legislações de enquadramento ajustadas à natureza e escala das actividades e iniciativas, reconhecimento e apoio às entidades que fizeram dessa prioridade o objecto da sua acção, poderíamos dizer, da sua militância cívica. Esta vontade política tem de ser assumida aos vários níveis de decisão: é preciso que a União Europeia a reafirme de forma inequívoca, organizando-se para prosseguir o seu apoio ao mundo rural nos Estados que actualmente a integram e para o garantir nos Estados que nela ingressarão a curto e médio prazo – de outra forma, estará a engolir e não a acolher outros povos; e é fundamental que os Estados nacionais e as autarquias a partilhem, aplicando o princípio da subsidiariedade, em vez de esperar que a Europa se ocupe do que, na sua falta de visão, remetem para segundo plano.

Maria Priscila Soares  
In Loco



# Que futuro para o Sudoeste?

Num território com as características do nosso, aqui nesta ponta da Europa, onde 80 por cento da sua superfície é Reserva Ecológica Nacional (REN) e as especificidades das suas produções agrícolas - num sentido lato - são tão involgares, o alargamento da União Europeia (UE) não nos causa qualquer "susto". Felizmente não estamos num território inviolável e, perdoem-me algum exagero, mas poucos, para não dizer ninguém, tem medronho e batata doce como nós, mel, enchidos e doçaria de elevada qualidade, 3 000 horas de luz/ano, um património histórico (daqui partimos para o mundo!), e arqueológico invulgar e um património natural tão rico e importante que, nunca é de mais repetir, 80 por cento do território está protegido. É assim que, numa abordagem estritamente territorial, não há que temer o alargamento da UE. O território tem pernas para andar e a previsível competição decorrente da adesão dos novos Estados-membros não nos irá causar qualquer dano, pela simples razão de que não têm com o que competir. Bem pelo contrário; considerando a proximidade do Algarve turístico de sol e praia e a apetência cada vez maior pela região, parece-me credível estimar um aumento de interesse e da procura pela excelência que temos. Por outro lado, não sendo um território de elevada capacidade produtiva agrícola, a reforma e as consequentes transferências para o "segundo pilar" da PAC (Política Agrícola Comum) reforçando-o, aparecem a nosso ver, como uma "janela de oportunidades" que há muito um território com estas características necessitava. A aplicação local da reforma da PAC poderá assim ser uma vantagem e uma oportunidade que não podemos desprezar e não um *handicap* territorial. De facto, aguardamos com elevada expectativa a aplicação da reforma da PAC. Por isso, afirmamos que a problemática ambiental é o fio condutor do futuro do Sudoeste. A solução de continuidade deste território está prisioneira de uma multiplicidade de opções em aberto; algumas complementares, outras radicalmente contraditórias. Mas o valor do património (natural, histórico e

arqueológico) e da especificidade das nossas produções é somente uma das consequências da vertigem do desenvolvimento das sociedades modernas que o sudoeste nunca teve. Como "não há bela sem senão" temos fracos e envelhecidos recursos humanos, materiais, organizativos, tecnológicos, científicos e culturais. Temos também muito próximo um "modelo de desenvolvimento" assente na exploração do sol e praia, na construção desenfreada que indubitavelmente produziu riqueza e crescimento, mas que não poderá ser reproduzido, em virtude das medidas de protecção em vigor; e bem diremos nós, ainda que localmente nem todos pensem assim. É o único "modelo" que temos, ainda que na realidade não possamos nem nos sirva desejar reproduzi-lo. Porém, não é sustentável que populações que viram e vêem passar ao seu lado os benefícios do desenvolvimento, aceitem de bom grado que o território suporte em exclusivo os custos de oportunidade da não utilização do seu principal recurso, em nome dos interesses estratégicos nacionais e comunitários de longo prazo. São fragilidades que não permitem uma solução sustentada somente nos recursos endógenos e não é crível que um território no extremo da Europa, com uma população envelhecida, sem conhecimentos, competências, organização e infra-estruturas apropriadas possa, a partir de uma economia rural tradicional em franca regressão, desenvolver uma estratégia ganhadora, num mundo cada vez mais competitivo e global centrada somente nos seus recursos endógenos e desprezando os recursos exógenos. Aqui, como em poucos lugares, o ambiente é um elemento estrutural da economia. O todo tem um valor muito para além da soma das partes, e quando assim é, o consenso não é uma simples questão de eficácia, mas uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma estratégia. Actualmente não existe esse consenso e por isso dizemos que o futuro do território depende de uma problemática e não de um caminho. Em que medida o território será capaz de a resolver atempadamente é uma questão para a qual não temos resposta. Os instrumentos de que o território dispõe são exíguos, raramente concebidos localmente e de forma adequada, frequentemente "criados" para o País e pecando por excesso de rigidez. É com um certo sabor amargo que constatamos que o único programa de gestão local é uma iniciativa comunitária. Resta-nos trabalhar arduamente - nem sempre compreendidos - pela construção desse consenso. Consensualizar estratégias e objectivos, constituir parcerias, promover e contribuir para o fortalecimento das organizações sectoriais, que estabeleçam objectivos e metas claras, que gradualmente se profissionalissem e que estejam um bocadinho para além do mero protagonismo de circunstância, é um trabalho árduo, lento e polémico que depende, e muito, dos poderes locais regionais e nacionais, de políticas nacionais de desenvolvimento que tenham em conta as especificidades locais e que, ao invés de procurar uma "normalização" perigosamente assassina das dinâmicas locais, deveria descentralizar, responsabilizar e acompanhar e avaliar. No fundo, à semelhança da famosa frase de J.F.Kennedy, a questão está muito mais no que é que todos poderemos fazer pelo território do que no que é que podem fazer por nós. Assim as políticas nacionais os permitam.

Pedro Dornellas



VICENTINA



# O reconhecimento das ADL é fundamental

Portugal, ano de 2003. Perante o trabalho que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) desenvolvem nos seus territórios, a importância das suas dinâmicas enquanto factores de desenvolvimento local, justificar-se-ia o reconhecimento destas estruturas conferindo-lhes um *estatuto próprio*.

Na prática, as ADL são instrumentos de promoção do Desenvolvimento Local, capazes de dinamizar os territórios, as gentes, os costumes, as artes, as tradições... gerando parcerias e interactividades.

O fenómeno do surgimento das ADL teve o seu impulso mais significativo a partir de 1990.

A Iniciativa Comunitária LEADER foi, inequivocamente, o grande motor da afirmação destas estruturas.

Mas... volvidos cerca de 13 anos e três quadros comunitários de apoio, será que as ADL já conseguiram a afirmação merecida, que lhes permita obter o reconhecimento tendo em vista o seu estatuto, mercê do trabalho que desenvolvem com e para a população?

Apesar da "força" do movimento do Desenvolvimento Local em Portugal, é necessário que se enverede pelo caminho da qualificação destas estruturas e do seu conseqüente reconhecimento por parte das entidades competentes, já que o futuro dos territórios rurais depende, em larga escala, do reconhecimento e da continuidade do Movimento do Desenvolvimento Local em Portugal.

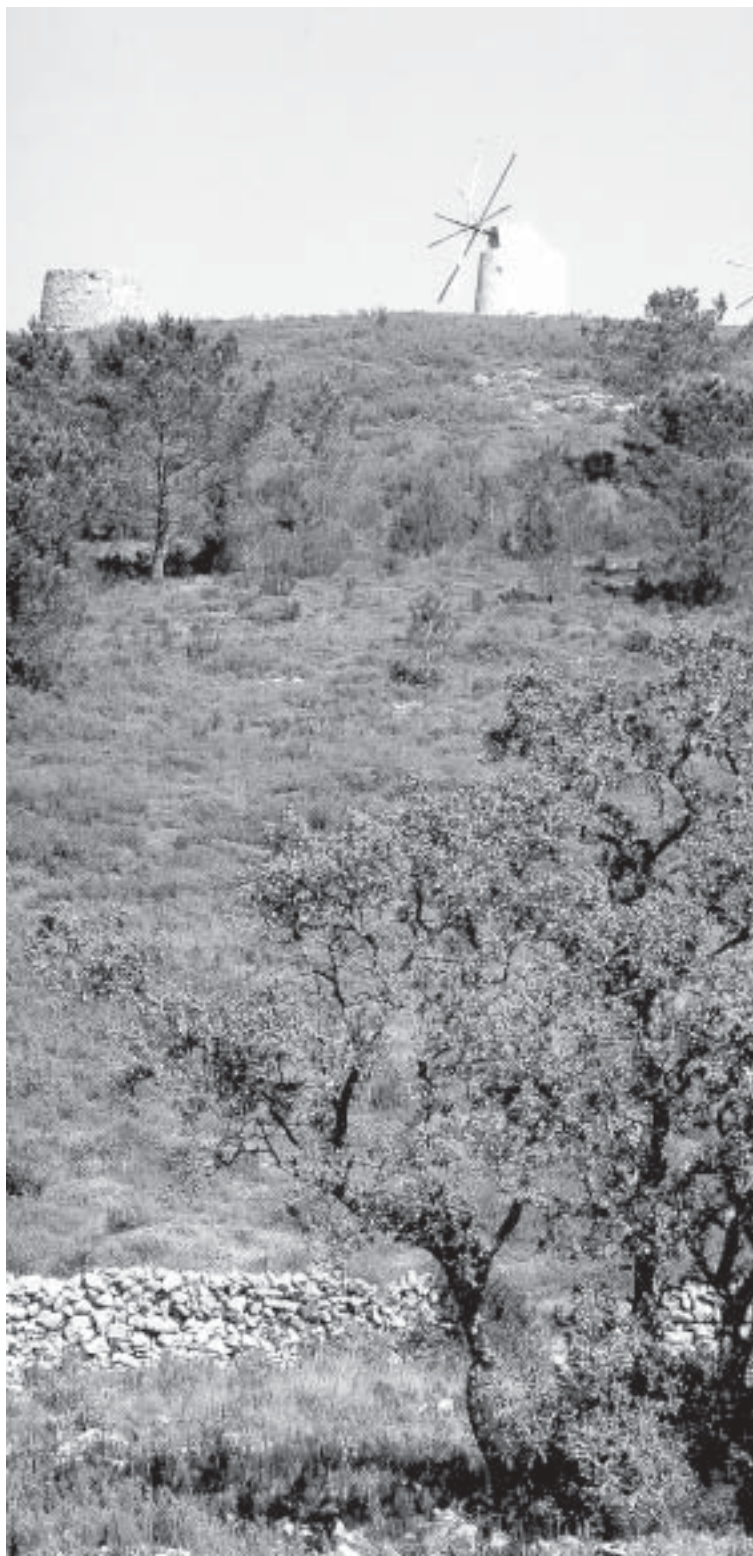
É pois necessário que as ADL sejam "encaradas" e "tratadas" como estruturas profissionais, altamente organizadas, com um profundo auto-reconhecimento e uma importante interacção com o meio envolvente, com elevada capacidade de auto-crítica/auto-avaliação e que prestam um serviço de qualidade, altamente relevante para os territórios rurais.

A opção da qualificação destas estruturas profissionais permite uma maior rentabilização de meios, um aumento da eficácia/diminuição de erros e ainda a garantia de um serviço de qualidade a par de uma importante transparência de procedimentos, atitudes e resoluções.

Neste contexto, é fundamental o reconhecimento das ADL enquanto factores de crescimento e desenvolvimento dos territórios rurais. Acresce ainda o facto de, ao longo destes anos, se ter verificado um empenho e um investimento muito avultado na constituição das equipas de trabalho das ADL e na sua profissionalização. Destaca-se, neste âmbito, o investimento efectuado nos recursos técnicos, humanos e materiais, bem como no desenvolvimento de um modelo próprio de abordagem dos territórios e das gentes (contacto directo com as populações, atendimento personalizado e adequado a cada situação, participação na definição de estratégias de intervenção), os quais representaram um importante encargo para as regiões e para o país.

Assim, é extremamente importante que as ADL se organizem no sentido de proporcionar o seu reconhecimento, enquanto estruturas dinâmicas do terreno, de quem, em parte, depende o futuro da animação, promoção, divulgação e desenvolvimento dos territórios rurais.

Alcina Costa  
ADAE



Fotografia / C.M. Baranha / ADAE

# As soluções passam sobretudo por diversificar

O papel que uma Associação de Desenvolvimento Local desempenha no contexto social, económico e cultural do território onde exerce a sua acção, depende da sua capacidade de intervenção, de potenciar recursos endógenos e de valorizar as mais-valias existentes.

A ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, cuja Zona de Intervenção (ZI) abrange as ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, do Arquipélago dos Açores, foi criada em 1994 e desde então tem vindo a trabalhar no sentido de melhorar as condições de bem-estar e progresso das populações, promovendo o desenvolvimento integrado das ilhas do seu território e fortalecendo o conceito de desenvolvimento sustentado em meio rural.

A ADELIAÇOR beneficia da colaboração de todas as forças vivas da região, na implementação e dinamização das actividades que realiza, contando com uma equipa de trabalho constituída por uma coordenadora, duas técnicas e um administrativo (que trabalham na sua sede, no Faial) e cinco animadores locais (dois em São Jorge, dois nas Flores e um no Pico). A existência dos animadores - a quem compete a animação do território e acompanhamento dos projectos, assegurando o apoio técnico necessário e estabelecendo uma relação de proximidade entre a população e a Associação - apenas é possível pelas parcerias estabelecidas com as respectivas Câmaras Municipais.

A estratégia definida pela ADELIAÇOR vai de encontro ao Plano Estratégico do Governo Regional, que aposta sobretudo na dinamização do sector turístico, dadas as imensas potencialidades que o território apresenta, em termos naturais, culturais e patrimoniais, consubstanciados em 78 espaços protegidos integrados na Rede Natura 2000, trilhos pedestres, TER, actividades de animação turística (observação de cetáceos, subidas ao Pico, *Big Game Fishing*), produtos locais de qualidade (Queijo de São Jorge DOP, Queijo do Pico DO, VLQPRD Lajido) e artesanato diferenciado (tule bordado a palha, miolo de figueira e hortênsia, dente e osso de cachalote).

Consciente de que existem muitas limitações ao desenvolvimento de todas as Ilhas (que ultrapassam o Programa LEADER, pelos montantes e opções políticas envolvidas), o diagnóstico do território, realizado aquando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Local (PDL), permitiu à ADELIAÇOR determinar potencialidades e fragilidades da ZI, traçando uma estratégia de futuro que permita um desenvolvimento sustentado e integrado do território.

A ADELIAÇOR colabora neste processo de desenvolvimento através da implementação de acções transversais e com efeito demonstrativo em todas as parcelas da ZI, destinadas a mobilizar a população e reforçar as estruturas locais.

Através do projecto *Animar as Freguesias*, procura-se dar a conhecer às forças-vivas das freguesias rurais, novas formas de animar e dinamizar a população e as localidades onde vivem, passando a mensagem de que a capacidade de encontrar novos caminhos para o desenvolvimento social, cultural e económico, está nas mãos das próprias pessoas. O envolvimento da população passa também pela dinamização de públicos-alvo específicos. É o que acontece com o projecto *Sensibilização para a Certificação* – do Queijo do Pico e do Mel – cujo objectivo é sensibilizar os produtores destes produtos para a crescente importância atribuída à qualidade dos mesmos.

Como forma de contribuir para o desenvolvimento do sector turístico, foi lançado o projecto *Pensar o Turismo Ilhéu*, que vai de encontro à estratégia definida para o território de implementação de Rotas Turísticas Temáticas (Rota do Queijo, Rota do Vinho, Rota dos Vulcões e Rota das Lagoas) em sectores-chave das ilhas.

A ADELIAÇOR encontra-se já a equacionar o seu futuro após 2006, na incerteza da continuidade do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER ou outro de igual natureza que se nos apresente. As soluções tendo em vista a sustentabilidade da Associação, ainda em fase inicial de apreciação e definição, que lhe permita continuar a actuar no território, passam sobretudo por diversificar quer as áreas de actuação, quer as próprias actividades a realizar. Recorrendo aos apoios financeiros disponíveis no âmbito do III QCA, a nível nacional ou especificamente para as regiões ultraperiféricas, bem como através do estabelecimento de protocolos de cooperação com entidades públicas, para implementação de projectos, que representem uma mais-valia para o território.

Este é o momento da ADELIAÇOR se afirmar no território, de reforçar parcerias. O desenvolvimento pelo qual e para o qual a Associação trabalha, só poderá ser alcançado com a contribuição da população local. Compete a todos em geral, e à ADELIAÇOR, em particular, estimular e animar os cidadãos no sentido de criar condições que possam potenciar a criação de emprego e a melhoria do nível de vida.

ADELIAÇOR



João Lima / INDE



João Lima / INDE





XPTO DESIGN / ADRIL

# Vale do Lima

Textos de Francisco Botelho e Paula Matos dos Santos

Um rio, dois países. Nascendo em território da Galiza, o Lima percorre um árduo caminho de leste para oeste, na persistente procura do oceano. Nessa permanente odisseia, define um vale estreito e agreste no percurso mais interior, atravessando a serra da Peneda. Depois, as suas águas vão-se espalhando em vales cada vez mais amplos e férteis à medida que se aproxima do litoral para, junto à Princesa do Lima – Viana do Castelo – vir a terminar o seu percurso.

Em pleno Minho, o Vale do Lima distingue-se pela sua homogeneidade e coerência. Definido pela bacia hidrográfica do Lima e condicionado pelas elevações que a norte e a sul o separam dos vales do Minho e do Cávado, tem uma forte identidade geográfica e natural, que se transmitiu ao povoamento humano. Terras de Ribeira Lima, glosadas por poetas e escritores e sempre associadas à sua beleza paisagística: *"E como é profunda a influência e a beleza de certos rios nas populações dos seus vales! Ora de poucos no mundo se pode gabar tanto a formosura como a do Lima, mitológico e lendário"*, escrevia no "Roteiro da Ribeira Lima" o Conde de Aurora. Este povoamento humano, em convivência de milénios com uma natureza privilegiada, deu origem a um património único que é assumido como a principal potencialidade da região. A natureza e a marca humana afirmam-se hoje nos elementos terra, água e granito, cerzidos pela magnífica criatividade do homem. E é o granito o principal suporte da criatividade humana, patente no riquíssimo património construído, com expoentes máximos na afirmação românica, nas construções senhoriais principalmente do século XVIII e na belíssima arquitectura rural expressa nas dependências agrícolas necessárias à principal actividade económica do

vale ao longo dos séculos. Mas, se a marca patrimonial é a componente mais visível da identidade cultural do Vale do Lima, ela não pode ser compreendida sem entendermos a sua população. Uma população que encontra na terra e na pedra as raízes e a solidez da sua afirmação, no som e no borbulhar das águas ou na pujança da natureza a fonte inesgotável da sua alegria, na fresta aberta ao mar a permanente ânsia pelo desconhecido e a visão universalista.

Pelos Censos de 2001, a população da Zona de Intervenção da ADRIL atinge 97 274 habitantes, espalhados por 143 freguesias de quatro concelhos – Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo (16 freguesias apenas). Uma população que sofreu um ligeiro decréscimo nos últimos 10 anos – menos 1,31% relativamente ao Censo de 1991. Se este dado demográfico é já de si preocupante, a repartição da população no território mostra a grande disparidade de desenvolvimento entre as sedes de concelho e zonas litorais, e as regiões mais marginais, interiores e montanhosas. Nestas últimas chegam a registar-se densidades populacionais de 5 e 7 habitantes/km<sup>2</sup>, enquanto mais para o litoral as densidades populacionais atingem valores de 200 a 400 hab/km<sup>2</sup>.

A principal actividade do Vale do Lima foi, até há muito pouco tempo, marcada hegemonicamente pela agricultura. Os terrenos férteis, a abundância de água e o clima temperado vocacionaram o território para uma produção agrícola abundante. Que sofreu nas últimas décadas do século XX um acentuado declínio, mantendo porém alguns nichos de produção que se revelam concorrenciais pela sua qualidade e autenticidade. É o caso dos excelentes vinhos verdes, brancos e tintos, da carne das raças autóctones (barrosã), do leite e lacticínios, a que se encontram ligados um conjunto de produtos agro-industriais e artesanais de inegável qualidade e tradição.

De qualquer modo, uma terceirização da actividade tem vindo a dar-se nos últimos tempos. A comercialização de produtos a grosso e a retalho, a pequena indústria transformadora e a construção civil são actualmente responsáveis pela principal ocupação da mão-de-obra local, enquanto o turismo e o lazer se revelam, cada vez mais, como a imagem de marca da região para o exterior. Baseado nas enormes potencialidades do patri-



mónio cultural e natural, o Turismo de Habitação e o Turismo em Espaço Rural ganharam no Vale do Lima uma dimensão e uma qualidade que é reconhecida a nível nacional e internacional. Praticamente o berço do Turismo de Habitação, o Vale do Lima vê nos últimos tempos diversificar a oferta de alojamento no chamado Turismo de Aldeia, com uma importante intervenção de qualificação urbana das riquíssimas aldeias do interior. Mas a estratégia de valorização da actividade turística não tem deixado em claro a actividade de animação. As tradicionais Romarias do Vale do Minho têm vindo a ser utilizadas na crescente captação de visitantes. Novas actividades como o Golfe e as Corridas de Cavalos vêm criando novos públicos para a região. A valorização do Caminho Português de Santiago permite a inclusão do rico património do Vale do Lima numa das rotas culturais mais importantes do mundo.

Um conjunto de potencialidades que coloca o Vale do Lima como a capital do Turismo em Espaço Rural. Mas, como diz Francisco de Calheiros, presidente da ADRIL, “o Vale do Lima vale por si, mas não por si só. É importante pensar nas articulações”. Por isso, a estratégia de promoção e de comercialização do Vale do Lima passa hoje em dia por uma parceria a nível nacional (regiões do Entre Douro e Minho) que lhe permite oferecer uma massa crítica que a torne concorrencial nos mercados internacionais. E também por uma parceria internacional que ajude a afirmar uma tipologia de oferta, ligada ao património rural europeu e à tradição. De berço do Turismo de Habitação e de impulsor do Turismo de Aldeia, o Vale do Lima, através da ADRIL, dinamiza hoje em dia os conceitos de Aldeias de Portugal e Solares de Portugal, a nível nacional e de Aldeias de Tradição e Europa das Tradições a nível europeu.

Em pleno século XXI, o Vale do Lima prepara o futuro. Apostando em várias frentes. Na formação superior de quadros, numa estreita ligação às actividades tradicionais locais, como acontece na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima. Nas acessibilidades, qualificando a rede municipal de estradas e reivindicando a construção do IC 28, via estruturante que ligará todos os municípios da região ao longo do Vale, e do IC 1, que completará com uma nova acessibilidade Norte-Sul a que já é proporcionada pela A3. Preocupando-se também com um correcto e articulado ordenamento do seu território, que lhe será proporcionado por um Plano Integrado (*Master Plan*) em elaboração na Associação de Municípios do

Zona de Intervenção LEADER+



Vale do Lima. Afirmando-se internacionalmente como destino turístico de eleição, com uma oferta genuína e com forte identidade cultural. Diversificando a sua actividade económica numa permanente preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Um esforço sério de uma região para que os Arcos do Triunfo, a Barca dos Poetas, a Ponte Rainha e a Viana Princesa possam continuar a afirmar-se como um Vale de eleição. E a merecer as palavras entusiásticas do Conde de Aurora: “... superior a quanto haja de grande, notável e valioso, é a estonteante beleza de uma região, como outra não há mais linda e de mais harmónica e religiosa beleza, no ritmo da sua alegria, na suave doçura do seu equilíbrio, no seu encantamento cristão, que levou os Antigos a chamarem Campos Eliseos a esta Ribeira, e Letes do esquecimento ao seu ‘saudoso rio, todo cristal!’...”



Paula Matos dos Santos / INDE



# PDL LEADER+ da ADRIL

## Valorizar os recursos naturais e culturais

Depois da aposta estratégica em torno do turismo, no LEADER I, e do património, no LEADER II, a ADRIL tem por grande objectivo no LEADER+ consolidar as parcerias desenvolvidas nas duas fases anteriores do Programa e na sua articulação em rede.

Com uma Zona de Intervenção (ZI) contemplada por valores ambientais, paisagísticos e patrimoniais de grande potencial cultural e económico, a ADRIL desde logo desenvolveu a sua estratégia em torno do eixo Património/Turismo.

O tema federador do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) do LEADER+ do Vale do Lima - "Valorização dos recursos naturais e culturais" - dá continuidade ao trabalho desenvolvido no LEADER I e II, correspondendo, segundo o coordenador do GAL e presidente da ADRIL, Francisco de Calheiros, a um terceiro estágio na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento integrado iniciada em 1991. "O LEADER I foi o momento da estruturação e da sensibilização para seleccionar e valorizar recursos e potencialidades locais; o LEADER II foi o momento da cooperação e articulação; o LEADER+ será o momento da sustentabilidade e da consolidação".

Significa isto que a ADRIL não irá privilegiar no LEADER+ (como fez no LEADER I e II) a construção de infra-estruturas, mas o reforço das parcerias e as redes em que se articulam, com objectivos de sustentabilidade; quer da própria ADRIL - tornando-a capaz de sobreviver ao LEADER, quer do modelo de organização das associações locais e da mobilização cívica das populações.

O tema forte do PDL da ADRIL - onde o binómio Lazer/Património assume um papel preponderante - apresenta dois eixos interactivos que constituem, numa perspectiva pragmática, os domínios de enquadramento dos projectos "Aldeias de Tradição" e "Cooperação". Para a ADRIL, devem, contudo, reter-se três conceitos que disciplinam esta estrutura axial: sustentabilidade do ambiente, reforço da economia e desafio da inovação. "Digamos que se trata da moralização de

um sistema que aposta numa determinada área (Lazer e Património), subscorre dois objectivos (Aldeias de Tradição e Cooperação) e pauta a sua conduta no culto de três predicados (Ambiente, Economia e Inovação)". O PDL da ADRIL apresenta assim os seguintes objectivos operacionais e específicos: Aldeias de Tradição, requalificação urbana, Plano Integrado de Ordenamento Rural do Vale do Lima, preservação do ambiente natural e eficiência energética e estruturas rurais edificadas e equipamentos - tendo em vista a sustentabilidade do ambiente; conservação do património rural e sua renovação para o turismo, apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas e apoio às PME e artesanato - pressupondo o reforço da economia; promoção da ZI, apoio técnico ao desenvolvimento rural, novas tecnologias e agentes de turismo e artesanato - promovendo o desafio da inovação.

Depois de ter implementado no LEADER I e II um conjunto de projectos coerentemente relacionados, individualmente rentáveis mas também susceptíveis de gerar mais-valias em conjunto, por efeitos de demonstração e de multiplicação, a ADRIL espera nesta fase do Programa consolidar esta intervenção. "No LEADER+, ainda que não tenhamos por objectivo principal investir nas áreas onde já investimos, existem projectos anteriormente lançados que por força da inovação ou porque ficaram aquém das expectativas, necessitam de pequenas operações de cosmética, para que possam ser valorizados". Como exemplo, o coordenador da ETL, Francisco de Calheiros, faz referência ao "Minho Fumeiro"; uma unidade de produção e fabrico de enchidos de forma artesanal que beneficiou do apoio do LEADER II ao nível de infra-estruturas e que agora, no LEADER+, irá avançar na produção e fabrico dos mesmos a partir do porco de raça Bisaro. O projecto, aprovado em Dezembro de 2002, faz parte do lote dos 15 aprovados até 31 de Outubro último. Com base nesta mesma listagem, verifica-se que a maior percentagem de verba afectada aparece nas acções materiais, reflectindo a necessidade sublinhada por Francisco de Calheiros, de insistir no apoio em infra-estruturas e actividades produtivas.

O próprio PDL LEADER+ "reclama" alguns desses projectos "exemplares" do LEADER I e II, como os Centros Cívicos, os Centros Mostra, o Centro Hípico do Mesio, a "Associação da Mesa dos Quatro Abades", o "Caminho Português de Santiago", para além, naturalmente, das "Aldeias de Portugal" e dos "Solares de Portugal".

Tudo isto só possível, para a ADRIL, graças às parcerias desenvolvidas e que operando à escala local, têm feito do Vale do Lima um factor de orgulho e auto-estima das populações e um factor crítico da competitividade da região no futuro. Parcerias, desenvolvimento de redes a nível local, inter-regional, transfronteiriço, transnacional, transcontinental... sempre foram de resto a base da actuação e uma preocupação da ADRIL, até porque, como diz Francisco de Calheiros, "O Vale do Lima vale por si mas não vale por si só".



## Plano de Desenvolvimento Local Medidas, submedidas e acções - resumo

### Medida 1 Investimentos

#### Submedida 1.1 Investimentos em infra-estruturas

##### **Acção 1.1.1 Aldeias de Tradição – Requalificação urbana**

Proporcionar um reforço da centralidade do habitat disperso, com a requalificação dos "Centros Cívicos" de núcleos rurais seleccionados como "Aldeias de Tradição" que possam constituir referências culturais de populações.

#### Submedida 1.2 Apoio a actividades produtivas

##### **Acção 1.2.1 Renovação e conservação do património rural**

Recuperar património rural para apoio do Turismo de Aldeia tendo em vista a criação de Aldeias de Tradição. Pretende-se conjugar o investimento público na conservação e requalificação do espaço público com o incentivo ao investimento produtivo privado, maximizando o impacto da intervenção e dando relevo ao seu carácter piloto e de demonstratividade.

##### **Acção 1.2.2 Apoio à transformação e comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas**

Apoiar a valorização dos produtos agrícolas e silvícolas tradicionais e de qualidade; promover o seu escoamento, incentivando a melhoria dos produtos e a valorização da sua imagem comercial e o acesso aos mercados consagrados de produtos regionais e artesanato.

##### **Acção 1.2.3 Apoio às PME e artesanato**

Apoiar pequenos investimentos em PME e actividades artesanais, comercialização e organização de serviços de apoio às empresas a partir dos Centros-Mostra criados no LEADER II.

#### Submedida 1.3 Outras acções materiais

##### **Acção 1.3.1 Estruturas Rurais edificadas e equipamentos**

Recuperar estruturas de carácter rural, consideradas como referências culturais significativas. Melhorar as condições de vida da população local através do apoio à instalação de equipamentos sociais, turísticos e culturais.

##### **Acção 1.3.2 Preservação do ambiente natural e eficiência energética**

Valorizar a qualidade ambiental e os valores paisagísticos da região, com recurso a novas tecnologias ambientais. Desenvolver o apoio à utilização de energias renováveis alternativas, contribuindo para a melhoria do ambiente e o fomento da sua aplicação no Turismo em Espaço Rural.

### Medida 2 Acções imateriais

#### Submedida 2.1 Formação profissional

##### **Acção 2.1.1 Agentes de turismo e artesanato**

Promover a formação de beneficiários na área do Turismo no Espaço Rural e artesanato.

#### Submedida 2.2 Outras acções imateriais

##### **Acção 2.2.1 Promoção da Zona de Intervenção**

Apoiar a promoção da ZI em termos consolidados fazendo aumentar o número de visitantes da região e das taxas de ocupação da oferta existente. Apoiar a consolidação da CENTER e da ATA – Associação do Turismo de Aldeia, desenvolver a rede Aldeias de Tradição. Desenvolver

as itinerâncias, nomeadamente o Caminho Português de Santiago, o Românico na Ribeira Lima e a Porta do Vale do Lima.

##### **Acção 2.2.2 Apoio técnico ao desenvolvimento rural**

Criar um gabinete para apoiar o pequeno investidor agrícola, no enquadramento de pequenos projectos. Apoiar a elaboração de projectos para Turismo Rural e a execução de Planos de Pormenor dos Centros Cívicos e a recuperação de casas para Turismo de Aldeia.

##### **Acção 2.2.3 Novas tecnologias**

Viabilizar novos investimentos de valorização do potencial endógeno e concepção e comercialização de novos produtos e serviços. Criação de uma rede local englobando o Turismo no Espaço Rural e os produtos locais.

##### **Acção 2.2.4 Plano Integrado de Ordenamento Rural do Vale do Lima**

Apoiar a elaboração de um plano que defina uma estratégia de ordenamento perspectivada para a valorização das estruturas tradicionais, da paisagem, dos itinerários culturais e do património natural e edificado, que possa servir de referência aos instrumentos de ordenamento do território e aos programas de desenvolvimento e justificar opções na gestão integrada dos recursos.



# ADRIL

## Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima



“Uma missão”. É assim que Francisco de Calheiros define o “espírito” que presidiu à criação da associação de desenvolvimento local que coordena: ADRIL. “Quando aparece o LEADER dá-se como que o despertar de um projecto”, revela, “uma vez que este programa veio ajudar a implementar toda uma estratégia que já estava na forja”.

Corria o ano de 1991. Não havia tempo a perder. Francisco de Calheiros já então à frente da TURIHAB - Associação de Turismo de Habitação (a mais antiga associação de turismo em espaço rural em Portugal, criada em 1983), promove de imediato uma série de reuniões com o objectivo de sensibilizar algumas entidades locais (públicas e privadas) tendo em vista a criação de uma associação para formular a candidatura ao LEADER I.

A ADRIL surgiu assim “quase em 48 horas” à volta de uma mesa onde estavam sentados os principais actores locais, correspondendo, por isso, “ao reflexo de todas as sensibilidades da região”, diz o coordenador da ETL, que sublinha ainda o facto da associação apresentar um leque de associados bastante abrangente, só entidades colectivas (públicas e privadas). Constituída formalmente a associação em Julho de 1991, a ADRIL viu o seu projecto aprovado em meados de Dezembro, permitindo que a Convenção Local de Financiamento fosse assinada no último dia de 1991.

As potencialidades ambientais e patrimoniais da região, aliadas ao facto de existir já alguma oferta turística em espaço rural, fez com que o Turismo tenha sido definido na ADRIL, desde o início, como um dos eixos estratégicos do Programa. Mais: graças ao LEADER, o Turismo em Espaço Rural (TER) encontrou uma possibilidade de reformulação, ao consagrar a proposta da ADRIL no sentido de contemplar o Turismo de Aldeia como uma nova modalidade TER.

Apostando no turismo, os três homens fundadores da equipa técnica da ADRIL - Francisco de Calheiros, João Abreu Lima e Augusto Gil Abreu Dias - traçaram um ambicioso projecto para o Vale do Lima, em que “parceria” é a palavra-chave. Para além do aspecto “inovador” - pois a ideia de cooperação público/privado não existia, diz Francisco de Calheiros - “sempre tivemos a preocupação da cooperação e o desenvolvimento de redes a nível local, nacional e transnacional”. Depois de uma experiência de mais de 12 anos, o presidente da ADRIL não tem dúvidas: as parcerias são essenciais embora não sejam fáceis de conseguir. “A nossa parceria sempre foi uma tentativa de envolver os actores locais, mas têm de existir alguns critérios de distribuição das acções”, até porque, como defende, “só faz sentido falar do Vale do Lima se o pensarmos de um lado ao outro”, das extensas e irrigadas várzeas do rio Lima à montanha.

Daí que o *portfolio* da ADRIL apresente um leque de projectos muito variados (alguns deles bastante emblemáticos

— caso do Hipódromo e do Golfe de Ponte de Lima), entre os quais se destacam os Centros Cívicos e os Centros Mostra. Uma grande aposta do LEADER II, consubstanciada num conjunto de projectos que a ADRIL espera potenciar no LEADER+ no âmbito do Plano Integrado de Ordenamento Rural do Vale do Lima definido no PDL (*Master Plan*).

Um conjunto de projectos que, em grande medida, permitiu que hoje o “Vale do Lima” seja visto dentro e fora da região não apenas como uma designação geográfica... “O Vale do Lima tornou-se um factor de orgulho e auto-estima das populações locais”.

Com efeito, tem sido com base em alguns projectos âncora (como os dois acima referidos), que vieram pôr em evidência as potencialidades locais e a revelar as oportunidades a privilegiar no futuro, que a ADRIL tem vindo a “chamar” outros programas para reforçar a sua estratégia. Para Francisco de Calheiros, “a entrada noutros programas é também um pouco consequência da parceria” (tal como é entendida e praticada na ADRIL). Quer através do AGRIS — que veio potenciar a intervenção do LEADER na recuperação das aldeias, quer do INTERREG III C ou do EQUAL, o que a ADRIL procura não é mais do que a complementaridade, criar sinergias, tal como o referem João Abreu Lima e Augusto Gil Abreu Dias. “Com o AGRIS conseguimos dar aos recursos do LEADER uma dimensão completamente diferente, permitindo uma intervenção efectiva nas aldeias”.. No âmbito do AGRIS, diga-se que a ADRIL conta com seis projectos, três dos quais aprovados.

Uma visão estratégica do território; consolidar, reforçar, ganhar “massa crítica”... é esta a postura da ADRIL, especialmente no que ao turismo de aldeia diz respeito. “As aldeias do Vale do Lima” não é um *label*; é um projecto nosso que queremos maximizar, passando das actuais 139 camadas disponíveis para as 278 (o dobro!); investimos no portal da CENTER, que neste momento já começa a catalisar uma série de redes de outros países e continentes”. Francisco de Calheiros fala assim dos projectos da ADRIL, daquilo que o move, daquilo que o apaixonou... Depois do Brasil, onde a ADRIL já vem vindo a actuar há algum tempo, o passo seguinte é, diz, os EUA.

Na ADRIL o momento é, portanto, de expansão. Para Francisco de Calheiros, “em termos de futuro há um lugar para a ADRIL assim como para todas as ADL. O papel que temos estado a desempenhar no sentido de conseguir uma nova forma de estar no mundo rural, de fazer descobrir o mundo rural não só aos que cá vêm como aos que cá vivem é uma missão”.

**ADRIL**  
Praça da República  
4990-062 Ponte de Lima  
Telefone: 258 900600  
Fax: 258 900609  
E-mail: [adril@mail.telepac.pt](mailto:adril@mail.telepac.pt)

### Órgãos sociais

**Assembleia Geral:** *Presidente* Câmara Municipal de Ponte de Lima / *Vice-presidente* Câmara Municipal de Arcos de Valdevez / *Secretário* Câmara Municipal de Ponte da Barca | **Direcção:** *Presidente* TURIHAB - Associação de Turismo de Habitação / *Secretário* VALIMA - Associação de Municípios do Vale do Lima / *Tesoureiro* Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho / *Vogal* Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes / *Vogal* Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca / *1º Suplente* CEVAL - Conselho Empresarial do Vale do Lima / *2º Suplente* ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima | **Conselho Fiscal:** *Presidente* Região de Turismo do Alto Minho / *Secretário* Adegas Cooperativas de Ponte da Barca / *Relator* Associação Empresarial de Viana do Castelo | **Conselho Consultivo:** Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

### Parceria LEADER+ (GAL)

Adega Cooperativa de Ponte da Barca; Adega Cooperativa de Ponte de Lima; AEVAL - Associação Empresarial do Val do Lima; ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima; Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Associação Empresarial de Ponte de Lima; Associação Empresarial de Viana do Castelo; Associação de Jovens Agricultores de Portugal; Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; Câmara Municipal de Ponte da Barca; Câmara Municipal de Ponte de Lima; Câmara Municipal de Viana do Castelo; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho; Centro Cultural Frei Agostinho e Diogo Bernardes; CEVAL - Conselho Empresarial do Vale do Lima; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Parque Nacional da Peneda Gerês; Região de Turismo do Alto Minho; TURIHAB - Associação de Turismo de Habitação; VALIMA - Associação de Municípios do Vale do Lima

### Equipa Técnica LEADER+

Francisco Silva de Calheiros e Menezes (*Coordenador*), Augusto Gil Abreu Dias, João Gomes de Abreu Lima, Albano do Carmo Vingada, Sandra Sofia da Costa Brito

### Associados

Adega Cooperativa de Ponte da Barca; Adega Cooperativa de Ponte de Lima; Adega Cooperativa de Viana do Castelo; ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima; Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Associação Empresarial de Ponte de Lima; Associação Empresarial de Viana do Castelo; AVITILIMA - Associação de Viticultores do Lima; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho; Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; Câmara Municipal de Ponte da Barca; Câmara Municipal de Ponte de Lima; Câmara Municipal de Viana do Castelo; Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz; CEVAL - Conselho Empresarial do Vale do Lima; Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Parque Nacional da Peneda Gerês; Região de Turismo do Alto Minho; TURIHAB - Associação de Turismo de Habitação; Universidade Fernando Pessoa; VALIMA - Associação de Municípios do Vale do Lima



Francisco Silva de Calheiros e Menezes  
Presidente/Coordenador da ETL

Promotor, criador, idealista da ADRIL, Francisco de Calheiros confessa que faz o que gosta, e o que gosta fá-lo com extrema motivação. “Um grande desafio? Acho que foi o maior desafio da minha vida”, afirma

com convicção. Francisco de Calheiros recorda que quando surge o LEADER dá-se como que o despertar de um projecto que já estava na forja. Na altura, com responsabilidades na área do turismo (já à frente da TURIHAB) e com alguma sensibilidade para “estas questões”, Francisco de Calheiros afirma que não teve muitas dificuldades em promover as reuniões necessárias para a criação da ADRIL. Criada a associação, Francisco de Calheiros vai, pouco a pouco, dedicando mais tempo ao “desenvolvimento local”. Pelo caminho vão ficando algumas “paixões” antigas; primeiro o cargo de administrador de uma empresa têxtil em Barcelos, depois a presidência da Junta de Freguesia de Calheiros (que assumiu durante 20 anos). “Tenho uma forma de estar na vida muito criativa”, sublinha Francisco de Calheiros, Conde de Calheiros, Engenheiro Electrotécnico, Mestre em Turismo e Desenvolvimento Rural, presidente da ADRIL, presidente da Turihab, presidente do Golfe de Ponte de Lima, Cônsul honorário da Eslovénia no Porto, entre muitas outras coisas.



Augusto Gil Abreu Dias  
Técnico da ETL

Gil Dias “caiu” na ADRIL por obrigação. É o próprio quem o diz. Com formação em Gestão, Gil Dias admite que “nem percebia nada de desenvolvimento rural” quando conversou pela primeira vez com

Francisco de Calheiros. Consultor fiscal e financeiro de várias empresas na região (e não só), Gil Dias, que também dá aulas no Politécnico de Viana do Castelo, é natural de Ponte de Lima, vive no Porto, e é o responsável pelas “contas” da associação. Depois do trabalho colossal no LEADER I - multiplicado vezes sem conta no *excel*, Gil Dias parte para Lisboa com uma proposta de *software* debaixo do braço. Começa aqui a história do *winleader*, o programa de gestão do LEADER usado pelas entidades gestoras do Programa no dia-a-dia. “O *winleader* nasceu aqui; do sentido de responsabilidade, do medo de falhar nas contas”, sublinha. Hoje, passados 12 anos, Gil Dias mostra-se satisfeito com o trabalho desenvolvido, principalmente quando vai ao terreno. “Quando comecei a ir às aldeias fiquei surpreendido com o estado em que as pessoas viviam; e isso motivou-me ainda mais, foi um apelo que eu não pude contrariar”.



João Gomes de Abreu Lima  
Técnico da ETL

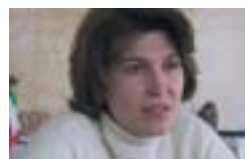
Quando, no Verão de 1981, João Abreu Lima termina o curso de engenharia civil, em Lisboa, e parte de férias para Ponte de Lima (como era habitual), nada fazia prever que por ali viesse a ficar de vez. Logo naquele Verão, é convidado a coordenar os censos na região, depois não resiste a um convite que chega do Porto para ir trabalhar num pequeno gabinete de engenharia - hoje uma das maiores empresas de engenharia do Norte - onde ainda hoje se encontra, com responsabilidades a nível de direcção. Com interesses pessoais na área do turismo e particular motivação profissional pela área da recuperação de património, João Abreu Lima é convidado a juntar-se a Francisco de Calheiros e a Gil Dias. Dos longos 12 anos da ADRIL, João Abreu Lima destaca o trabalho de recuperação das aldeias e do Caminho Português de Santiago. Actualmente, “há aqui uma série de economias de escala que gostaríamos de ver aproveitadas e que vão permitir que estas aldeias se transformem em aldeias turísticas”, defende. Quanto ao futuro, João Abreu Lima crê que “a ADRIL vai continuar a ter um papel fundamental na decisão local”, pois, “para além do *know how* adquirido - que não pode ser desperdiçado - criámos outras iniciativas que de certo modo estão acopladas na ADRIL, que estão a germinar e vão florescer”.



Albano do Carmo Vingada  
Técnico da ETL

Nasceu em França mas é com muito orgulho que Albano Vingada refere a aldeia de Sardezinho, em São João da Pesqueira, como a sua terra natal, pois aí viveu desde que regressou a Portugal (tinha 10 anos)

até concluir o 12º ano de escolaridade. É então que ruma para Ponte de Lima para frequentar a Escola Superior Agrária. Antes disso ainda passa pela Escola Profissional Agrícola da Régua mas viria a ser em Ponte de Lima que viria a tirar o curso - de Engenharia Hortícola e Paisagística - que o levaria à ADRIL em Janeiro de 1999. A porta de entrada foi a do estágio profissional. Albano Vingada entra assim na ADRIL ainda a tempo de acompanhar a recuperação das aldeias do Soajo e Lindoso. Acompanhando os projectos LEADER do princípio ao fim, quer no terreno, quer administrativo-financeiramente, Albano Vingada ainda dá uma mãozinha no AGRIS e no EQUAL. Para o futuro ainda não fez planos, confessa, mas se puder continuar na ADRIL e acompanhar uma empresa de plantas ornamentais que, juntamente com a sua mulher e um casal amigo, pretende criar, tanto melhor.



Sandra Sofia da Costa Brito  
Administrativa da ETL

Sandra Brito entra na ADRIL em Janeiro de 1999 na qualidade de estagiária. Tinha terminado um curso de auxiliar administrativa promovido pelo IEFP e Associação Empresarial de Ponte de Lima, alguma experiência profissional e tinha 22 anos de idade. Tendo começado a trabalhar muito cedo - antes mesmo de terminar o 12º ano de escolaridade (concluído no regime nocturno) - Sandra Brito, confessa que sente afinidade e interesse por esta área de trabalho. “Nasci aqui, e sempre aqui vivi e vejo, por exemplo, os jovens a não pegar nos ofícios dos velhos artesãos”, e isso preocupa-me. Sabe que é impossível dar resposta a tudo mas, na sua opinião, a ADRIL, face aos meios disponíveis, designadamente do Programa LEADER, tem feito um bom trabalho na região. Revelando que “até é mais fácil trabalhar com homens do que com mulheres”, Sandra confessa que gostaria de continuar a trabalhar na ADRIL, com a mesma equipa, embora se mostre algo preocupada quanto ao futuro; “preocupada mas esperançada”, remata.



## Conferência “ Dinâmicas e Ligações entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação”

# TIC no centro das atenções



Francisco Boileiro

A conferência “ Dinâmicas e Ligações entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação”, que teve lugar em Lisboa, no passado dia 18 de Novembro - a segunda actividade organizada no âmbito do Vector 3 do Programa LEADER+ - realizou-se num contexto em que se coloca um conjunto de questões cruciais para o futuro dos territórios rurais.

As Tecnologias de Informação

e Comunicação (TIC), pelas oportunidades de desenvolvimento que oferecem, constituem um factor incontornável na criação da política de desenvolvimento rural que vier a ser definida para o período pós-2006. Não obstante a crescente afirmação das TIC no plano regional, através dos múltiplos projectos que vão sendo implementados nas zonas rurais - alguns dos quais em destaque nesta conferência - torna-se imperioso insistir nas vantagens e benefícios que se podem tirar da utilização das TIC, para uma verdadeira integração dos espaços rurais num novo tipo de sociedade, a que se convencionou chamar sociedade da informação ou do conhecimento.

Dinamizar e sensibilizar as populações das zonas rurais para o uso e vantagens das TIC, disponibilizar espaços que permitam o acesso livre e gratuito à *web*, intensificar o trabalho de assistência técnica e activar políticas que canalizem financiamentos específicos para as zonas mais fragilizadas, são alguns dos elementos que deverão ser levados em conta. Todavia, não nos podemos esquecer da dimensão humana desta estratégia. A necessidade de “uma política articulada e estruturada de desenvolvimento rural que permita que ao desenvolvimento agrícola, tecnológico e informacional, corresponda um desenvolvimento humano, social e económico”, foi a principal conclusão desta conferência, cuja abertura esteve a cargo do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Bianchi de Aguiar.

Para Bianchi de Aguiar, o tema da conferência incide em três dos traços essenciais do movimento de reestruturação das zonas rurais: a sua maior articulação em rede e trabalho em parceria entre os diversos actores locais, a maior diversidade e níveis de desenvolvimento destes territórios rurais, e a maior interligação destes espaços ao contexto global, proporcionada pela sociedade de Informação e do conhecimento em que vivemos.

Reafirmando os desafios deixados pelo comissário da Agricultura, Franz Fischler, na conferência de Salzburgo, Bianchi de Aguiar, sublinhou a necessidade de preservar as zonas rurais, encorajando a criação de actividades que respeitem o ambiente, promovam os produtos locais, etc., fazendo com que as zonas rurais sejam locais de bem-estar e proporcionem mais qualidade de vida para aqueles que lá vivem.

Quais as oportunidades e os riscos para as áreas rurais da Sociedade de Informação, foi o mote da comunicação do Administrador da OCDE, Philip Wade. Numa intervenção “animada” por quatro dezenas de diapositivos sobre “O desenvolvimento sustentável e Sociedade de Informação na Europa”, Philip Wade apontou as questões fundamentais neste âmbito na Europa, a três níveis: social, económico e tecnológico. Referindo-se às TIC como uma ferramenta para o desenvolvimento rural, Philip Wade deixou ainda alguns conselhos para o uso da *web*, designadamente, no que à criação de páginas *on line* diz respeito.

A presença de mais de uma centena de participantes, representantes de associações de desenvolvimento local, direcções regionais de agricultura e do Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), entre outras entidades, demonstrou bem o interesse suscitado pela intervenção daquele responsável da OCDE. Seguiram-se-lhe Hans-Olof Stålgren e Torgil Svensson, da Rede LEADER+ da Suécia - “presentes” via *web* - e o presidente da CCDR - Algarve, José António de Campos Correia, e a presidente da Direcção da In Loco, Maria Priscila Soares, através de videoconferência, a partir do Algarve.

Não sendo ainda muito habitual recorrer-se a estes recursos “tecnológicos”, a organização tomou a iniciativa de proporcionar esta “experiência” aos participantes, indo assim também ao encontro da temática da conferência, conforme explicou o presidente da IDRHa, Carlos Mattamouros Resende.

Numa intervenção tão “clara” quanto possível, Torgil Svensson apresentou o já conhecido motor de busca para a cooperação transnacional, como exemplo de uma aplicação informática para o desenvolvimento rural, enquanto que o presidente da CCDR - Algarve e a presidente da In Loco subordinaram as suas intervenções acerca da aplicabilidade das TIC no desenvolvimento regional e rural, referindo-se o primeiro ao projecto “Algarve Digital”, e a segunda à experiência a este nível da associação que dirige.

A tarde, os interesses e as dificuldades do uso das tecnologias de informação e comunicação nas iniciativas de desenvolvimento local em meio rural, estiveram em foco através das intervenções do gestor do POSI, Jaime Quesado, e dos representantes das associações ADIBER, AD ELO e In Loco, José Domingos Cabeças, Mário Fidalgo e Miguel Velez, respectivamente, e do responsável pelo Carrefour dos Açores (Coordenador nacional), Adalberto Martins, num painel bastante rico moderado pelo engenheiro Miguel Castro Neto, do Instituto Superior de Agronomia.

No final dos trabalhos, ficou claro a forma como o surgimento de serviços e aplicações nas mais diversas áreas (comércio, conhecimento, entretenimento, lazer, etc.) são essenciais para o desenvolvimento estrutural da nova sociedade de informação. Ao proporcionar momentos de reflexão, debate e troca de ideias - o que significa, normalmente, recolher mais informação, pensar estratégias, preparar o futuro - esta conferência veio dar um contributo importante para a actual e pertinente reflexão sobre o futuro dos territórios rurais.

Paula Matos dos Santos

### Conclusões

Os participantes na conferência “ Dinâmicas e Ligações Entre os Territórios Rurais na Sociedade de Informação” sublinham a importância da Sociedade de Informação para as zonas rurais de Portugal e concluem o seguinte:

1. A Sociedade de Informação é um instrumento-chave para o mundo rural, sendo uma oportunidade para se desenvolverem e fixarem novas competências nestas zonas, aproveitar melhor os equipamentos e recursos locais, facilitar uma maior articulação entre zonas, municípios, pessoas e organizações, desenvolver novas áreas de trabalho, gerar novos investimentos e actividades, ajudando que as populações de vários grupos sociais e classes etárias tenham acesso à informação, ao conhecimento e aos diversos serviços existentes nas regiões.

2. Conscientes que a Sociedade de Informação deve ser um instrumento de inclusão e não de exclusão, sublinha-se o papel importante dos GAL LEADER+ na difusão e divulgação de muitas das possibilidades e potencialidades das tecnologias de informação, através do desenvolvimento de projectos inovadores e demonstrativos nesta área.

3. Estando a Sociedade de Informação em permanente revolução e mudança e tendo presente a importância da generalização das tecnologias de informação e comunicação importa:

- activar políticas estruturantes orientadas para estes objectivos, que canalizem financiamentos específicos, públicos e privados para as zonas mais fragilizadas, do ponto de vista de recursos humanos e competências sociais, económicas, empresariais e outras;
- identificar os principais pontos de bloqueio que condicionam e dificultam a generalização da Sociedade de Informação nas zonas rurais;
- dar maior atenção à necessidade de se fixarem e circularem, nos meios rurais, recursos humanos capacitados, formados tecnicamente e com disponibilidade para a aquisição de novas competências;
- consolidar um trabalho de mediação e interlocução regular e crescente entre o GAL/ADL e as populações das zonas rurais, sublinhando-se a importância dos animadores da rede LEADER+;
- disponibilizar espaços que permitam melhor utilização dos equipamentos sociais e tecnológicos, incluindo acesso livre e gratuito à *web*, assim como um amplo envolvimento de vastas áreas geográficas, no que se refere à instalação de serviços de TIC e equipamento informático, por forma a que as zonas rurais não fiquem excluídas da dinâmica informacional e se contrarie o seu quadro de solidão e isolamento;
- dinamizar e sensibilizar as populações das zonas rurais, através das actividades de animação da rede LEADER+, para uma reflexão acerca das novas possibilidades de cooperação e troca de experiências, resultantes do uso das novas tecnologias de informação, fortalecendo o contacto de aldeias rurais com outras realidades nacionais e internacionais;
- intensificar o trabalho de acompanhamento técnico e assistência técnica permanente às populações das zonas rurais, facilitando uma maior e melhor utilização das tecnologias de informação;
- desenvolver planos de trabalho, a médio prazo, que garantam a exequibilidade e durabilidade da acção desenvolvida, contribuindo para reduzir as diferenças de articulação entre os meios urbanos e rurais.

4. Por fim, importa sublinhar que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão a revolucionar os hábitos quotidianos de comunicação e de informação no mundo rural. É necessário, por isso, uma política articulada e estruturada de desenvolvimento rural que permita que, ao desenvolvimento agrícola, tecnológico e informacional, corresponda um desenvolvimento humano, social e económico.

Apesar de se sublinharem as potencialidades relativamente à utilização das TIC nos diversos serviços públicos e reconhecendo que a nossa acção deve estar orientada para a melhoria da qualidade de vida e promoção da participação das comunidades rurais, a sociedade de informação requer que não nos esqueçamos da dimensão humana desta estratégia porque “as pessoas sentem-se valorizadas quando podem usar as TIC e a sua auto-estima fica ampliada e valorizada”.

Lisboa, 18 de Novembro de 2003

## EXPOBRASIL

# Desenvolvimento Local 2003

Entre 5 e 8 de Novembro, no Minascentro de Belo Horizonte, cerca de 2 500 agentes de desenvolvimento local provenientes de todos os cantos do Brasil discutiram metodologias e práticas da sua intervenção e fizeram a festa. A EXPOBRASIL 2003 foi, antes de mais, uma afirmação da vitalidade e da consciência de um movimento que tem, como principais pontos de união, os conceitos de intervenção territorializada e de participação.

Uma dezena de técnicos e dirigentes ligados a associações portuguesas estiveram presentes e a experiência LEADER e a intervenção das ADL portuguesas foram apresentadas no decurso dos trabalhos. De ambos os lados do Atlântico surge, cada vez mais forte, o desejo de conhecimento e articulação. A cooperação, entre Portugal e o Brasil, no campo do desenvolvimento local faz sentido.

A EXPOBRASIL foi lançada em 2002 pela RedeDLIS (Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável); uma rede informal de organizações e agentes individuais que, no Brasil, actuam no âmbito do desenvolvimento local. Da troca de experiências e da reflexão que vem sendo produzida ao longo dos últimos anos, uma nova institucionalização se consolida no seio de actores e de projectos - os Fóruns DLIS. Estes fóruns integram representantes da sociedade civil e são, simultaneamente, estruturadores de parcerias, local de reflexão e avaliação e focos de animação e mobilização no desenvolvimento dos projectos. Uma prática que procura adequar-se a cada quadro territorial e social e que merece a pena ser analisado como forma de garantir a participação da população na construção do seu próprio desenvolvimento. Depois de um trabalho sério e persistente de implantação, a RedeDLIS arriscou, em 2002, lançar um grande encontro de mobilização que pudesse reunir as pessoas que, um pouco por todo o país, se entregam a práticas de desenvolvimento local. A primeira EXPOBRASIL, realizada em Brasília foi um sucesso, o que levou a organização a transformar a iniciativa em evento anual.

Para 2003, o desafio que se colocava era, em primeiro lugar, garantir uma ainda maior participação. E, pelo Centro de Congressos de Belo Horizonte, Minas Gerais, passaram mais de 2 500 animadores DLIS. Sigla orgulhosamente ostentada por quase todos, nas coloridas *t-shirts* elaboradas para o efeito, onde para além do território de origem figurava invariavelmente o nome do projecto levado a cabo. Nas costas de uma dessas *t-shirts*, discreta nas filas de um auditório, uma frase que poderia ilustrar o espírito de mobilização patente em todos os trabalhos - "Conheço o que faço, amo o que faço, acredito no que faço, faço DLIS".

Cerca de duas centenas de pessoas garantiram as numerosas intervenções que, em algumas ocasiões, chegaram a ocupar os cinco auditórios disponíveis para os trabalhos. A economia solidária, a constituição, gestão e mobilização de redes, o capital social, o microcrédito, o turismo rural, o comércio justo, as questões de género, a educação, a inclusão digital, a segurança alimentar, as novas institucionalidades, a articulação público-privado, a cultura, foram alguns dos muitos temas debatidos no decurso da EXPOBRASIL. Isto no meio de um conjunto significativo de oficinas de troca de experiências onde projectos muito diferentes puderam ser apresentados e discutidos.

Um trabalho de cooperação dá os seus primeiros passos

Mas nesta edição de 2003, por iniciativa da organização do evento e do seu coordenador, o sociólogo Caio Silveira, as experiências de desenvolvimento local levadas a cabo em países latinos estiveram presentes. Portugal, Cabo Verde, Espanha e Cuba estiveram representados em alguns dos painéis, proporcionando aos participantes uma visão mais global da intervenção do Desenvolvimento Local (DL).

A Federação Nacional das Associações de Desenvolvimento Local, Minha Terra, através do seu dirigente João Carlos Pinho, teve oportunidade de apresentar em Belo Horizonte um resumo da intervenção das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) portuguesas, da forma como tem vindo a ser trabalhada a construção de parcerias e mobilizada a participação dos actores locais, das metodologias de intervenção e do papel do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER na afirmação do DL no nosso país. Uma intervenção levada a cabo num painel que integrava igualmente a apresentação do Programa de Luta contra a Pobreza em meio Rural, de Cabo Verde.

Mas a intervenção portuguesa não se esgotou nesta apresentação. A sessão final do evento foi marcada por uma comunicação sobre "Pessoas e Lugares:

o desabrochar do desenvolvimento sustentável e as perspectivas de cooperação", a cargo de Francisco Botelho e pela apresentação pública do projecto "Cooperar em Português" da iniciativa das ADL da Beira Litoral e que tem vindo a agregar o interesse de outras associações do País. A coordenadora da Dueceira, Maria do Céu Marques, expôs as grandes linhas de enquadramento deste projecto e deixou aos presentes o desafio da construção de uma plataforma de troca de experiências que possa unir, e uma forma contínua e eficaz, os projectos de desenvolvimento local dos dois lados do Atlântico.

O projecto Cooperar em Português, que tem na RedeDLIS e na RITS (Rede de Informação para o Terceiro Sector), os interlocutores âncora no Brasil, despertou enorme interesse por parte dos participantes brasileiros, tendo sido abertas numerosas linhas de trabalho bilaterais que interessa agora dar sequência. A Dueceira, a Adeliaçor, a ADL, a Esdime e a ADRIMAG, presentes na EXPOBRASIL, trouxeram do evento um largo leque de contactos que faz antever um caminho seguro de cooperação entre Portugal e o Brasil nesta área.

E, nos bastidores da EXPOBRASIL, uma ideia ganhou corpo: a de integrar, na edição de 2004 da EXPOBRASIL, um Encontro do Desenvolvimento Local em língua portuguesa. Um projecto que os participantes do Brasil, de Portugal e de Cabo Verde prometeram dinamizar. Uma semente de futuro para uma mais abrangente "cooperação em português".

Francisco Botelho

Mais elementos sobre a EXPOBRASIL deverão ser consultados em [www.rededlis.org.br](http://www.rededlis.org.br). A organização promete, em breve, começar a inserir nesta página, o conteúdo das intervenções proferidas na EXPOBRASIL 2003.



Francisco Botelho



# Uma sinfonia rural para o século XXI?

A participação da Minha Terra integrada na delegação portuguesa à “Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural” realizada em Salzburgo, permitiu o acesso e contacto próximos com o que, neste momento, se está a passar em termos de definição e programação das políticas de desenvolvimento rural na UE. Este evento parece-nos especialmente importante porque surge contextualizado no âmbito da reforma da Política Agrícola Comum recentemente aprovada e no alargamento da UE a dez novos Estados-membros em Maio de 2004.

O momento e a situação revelam-se complexos; estão em causa posições, visões e reflexões distintas acerca do futuro do desenvolvimento rural na Europa. As posturas emergentes nesta conferência denotam claramente as várias forças e linhas de pensamento em acção. Contudo, destacamos pela sua pertinência dois documentos (ambos disponíveis na página Internet da conferência): as conclusões finais divulgadas sob a forma da “Declaração de Salzburgo” e as “Observações Finais” proferidas por Franz Fischler, Comissário Europeu responsável pela Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

## Algumas (velhas) ideias luminosas

O modelo de organização desta conferência baseado em sessões plenárias, debates e oficinas de trabalho permitiu identificar algumas linhas-chave que importa destacar:

- a iniciativa comunitária LEADER revelou-se como o programa de referência de toda a conferência, tendo estado presente em praticamente todos os discursos. Os conferencistas evidenciaram os grandes ensinamentos desta iniciativa, destacando em particular as especificidades referentes à construção e consolidação das parcerias locais, à abordagem territorial, à metodologia *bottom-up*, ao seu carácter e função de laboratório e (mas com menos ênfase) à autonomia na decisão e na gestão;
- foi praticamente unânime a proposta de transposição das especificidades do LEADER para a política de desenvolvimento rural que venha a ser definida;
- foi clara a vontade manifestada pelos participantes em que se proceda a uma simplificação significativa dos procedimentos e dos mecanismos financeiros, proposta que foi aceite e reconhecida pelos organizadores da conferência;
- foi defendido por diversos conferencistas a existência de um LEADER para todos os Estados-membros, inclusive para os que irão integrar a UE em Maio do próximo ano;
- os Estados-membros irão ter mais poder e capacidade de intervenção e decisão ao nível da política de desenvolvimento rural aplicada no seu território;
- referiu-se a intenção de criar um fundo único para um programa único.

Mas...

- não ficou clara qual a futura articulação entre desenvolvimento rural e política agrícola propriamente dita;
- não foi, de forma alguma, clara a intenção dos responsáveis em manter o LEADER como uma iniciativa comunitária.

... e quando a “esmola” é grande...

Da conferência propriamente dita e dos debates resultam algumas interrogações, em nosso entender cruciais para a clarificação das políticas de desenvolvimento rural e, em última análise, para o futuro dos territórios rurais.

- Como é que as especificidades do LEADER irão ser transpostas para as políticas públicas de desenvolvimento rural de cada Estado-membro? E serão transpostas todas as especificidades do LEADER,

sobretudo aquelas que consideramos mais pertinentes, como a autonomia na decisão e na gestão? A tendência centralizadora da maioria das administrações centrais não reagirá quanto a esta situação?

- Destacou-se o papel importantíssimo do LEADER na sua função de laboratório e a necessidade de manter esta característica no programa a criar no futuro, mas quem e como se assegura a disseminação das boas práticas resultantes da componente experimental do programa?
- Iremos ter uma quarta versão da iniciativa comunitária LEADER???
- Qual o papel das parcerias actuais (Associações de Desenvolvimento Local – ADL) desenvolvidas no âmbito do LEADER que, entretanto foram consolidadas e ganharam capacidade técnica, política e social?
- No contexto e na sequência do que foi discutido em Salzburgo que perspectivas, que política, que programas de desenvolvimento rural iremos ter em Portugal?
- Não estará na altura de se perspectivar mais definitivamente a criação de um Programa Nacional de Desenvolvimento Rural em Portugal?

O Comissário Fischler abriu a conferência a dizer que “*devemos olhar em frente e decidir qual a direcção que queremos que tome a política de desenvolvimento rural, na sinfonia que queremos tocar nos próximos anos*” e terminou dizendo que “*as aspirações para a nossa política de desenvolvimento rural nasceram em Cork; a Conferência de Salzburgo assinala a chegada de uma política de desenvolvimento rural, uma “sinfonia rural”, para o século XXI.*” No fim dos trabalhos, os cerca de 1000 participantes, meteram os instrumentos no saco e voltaram para casa... parecia que a participação tinha sido quase toda afinada pelo mesmo diapasão. Os discursos foram todos politicamente correctos... talvez demasiado politicamente correctos. Alguns saíram com a sensação de que “nos estiveram a dar música... música de embalar, para adormecer... enquanto alguém escreve a pauta final”.

Salzburgo depois de Cork, relembra-nos, a nós ADL, a necessidade de despertar as consciências de quem se importa com o desenvolvimento das zonas rurais, de reunir esforços e vontades em prol de uma política de desenvolvimento rural assente em abordagens territoriais locais, na qual os agentes e parceiros locais organizados em associações de desenvolvimento local definidas pela qualidade e profissionalismo, assumam nesta construção, um papel relevante na fase de proposta, de decisão e de execução.

Minha Terra

Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local



## Conferência de Naantali (Finlândia)

# Cooperação Transnacional entre os GAL face ao alargamento da UE

Esta conferência, organizada em parceria pela Unidade Nacional de Animação, o Ministério da Agricultura e Florestas da Finlândia e os GAL LEADER+ da zona Sudoeste da Finlândia, entre os dias 26 e 28 de Novembro último, foi a 3ª de uma série de conferências realizadas pelos países nórdicos no presente ano (a 1ª foi realizada na Suécia, em Março, e a 2ª na Dinamarca, em Setembro), e teve como objectivos fortalecer a cooperação transnacional no Programa LEADER+, questionar os grandes desafios e oportunidades para a cooperação transnacional, perspectivar o alargamento da UE nos territórios rurais, bem como proporcionar aos participantes novos contactos e ferramentas para o trabalho prático. Estiveram presentes cerca de 250 participantes, entre os quais alguns GAL de Portugal (Adices, Ad Elo, Adrimag, Aproder e Charneca) e uma representante da Rede Portuguesa LEADER+. Os representantes do Ministério da Agricultura e Florestas da Finlândia e Ministério da Administração Interna sublinharam, na conferência, as linhas programáticas essenciais dos seus ministérios relativas à política de desenvolvimento rural. Nestas comunicações foi evidenciada a importância da abordagem LEADER, tendo sido notório a atenção particular que as autoridades nacionais da Finlândia dão ao desenvolvimento do mundo rural. Existem no total 58 GAL financiados por quatro programas diferentes: 25 GAL, seleccionados por entre os melhores, recebem financiamento do LEADER+, 19 GAL foram criados com o apoio do Programa de Desenvolvimento Rural Regional (ALMA), seis são apoiados com o Programa Objectivo 1 e sete financiados com o POMO, Programa Nacional para as iniciativas locais. É interessante contudo registar que os princípios de trabalho destes GAL são os mesmos, independentemente da fonte de financiamento. Em síntese, pode-se dizer que os GAL são associações abertas a todas as pessoas e organizações locais e os seus membros devem respeitar o princípio da tripartição: um terço dos membros representam os municípios, um terço as organizações

locais e os restantes membros (um terço, igualmente) são residentes locais, por forma a assegurar-se que são considerados sempre diferentes pontos de vista. Todos os GAL conceberam o seu plano de desenvolvimento local em cooperação com os residentes e organizações locais, devendo os municípios contribuir obrigatoriamente com 20 por cento do financiamento público. A área coberta pelos GAL varia de 1 000 a 49 000 Km<sup>2</sup> e o número de pessoas envolvidas por território varia entre 14 000 e 80 000 habitantes. O Programa incluiu, no primeiro dia, comunicações várias sobre o desenvolvimento rural, o trabalho que está a ser desenvolvido pelos GAL da Finlândia e Irlanda (dois países apontados como exemplares na vertente *mainstream* da política rural) e o futuro dos territórios rurais face ao alargamento da UE, através de uma comunicação de uma representante da Estónia tendo sido apresentadas, durante o período da tarde, algumas experiências particulares destes países. No dia seguinte - que se iniciou saudavelmente com sauna e piscina - actividades incluídas no programa oficial - trabalhou-se em *workshops* para troca de experiências entre interessados sobre o mesmo assunto/tema, para obtenção de informações ou procura de novas parcerias, culminando a tarde com uma sessão dedicada "aos segredos da cultura finlandesa". No final do dia tivemos o grato prazer de jantar num restaurante medieval que promove a cultura tradicional finlandesa. As viagens de estudo, programadas para 6ª feira, último dia da Conferência, foram precedidas de uma manhã dedicada especialmente aos contactos entre os GAL, para intensificar a cooperação transnacional. Mais informações relativas às conclusões da conferência podem ser consultadas no site <http://www.maaseutoplus.net/english/default.htm>

Maria do Rosário Serafim  
Rede Portuguesa LEADER+

## Feira da Serra da Estrela



A RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural esteve presente na primeira edição da *Serra da Estrela – Feira de Turismo e Produtos Regionais*. Um certame que entre 24 e 26 de Outubro último, levou centenas de visitantes ao Pavilhão de Exposições da ANIL (Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios), na cidade

da Covilhã, onde tiveram a oportunidade de apreciar o que de melhor se produz e existe no interior de Portugal, nomeadamente uma grande diversidade de produtos de reconhecida qualidade. O espaço da RUDE teve bastante procura, funcionando como mais uma forma de divulgação do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ junto das populações locais, para além de ter sido um meio privilegiado de promoção de algumas das mais saborosas e vistosas potencialidades locais.

RUDE

## Semanas Animadas na Loja do Mundo Rural

As semanas animadas no Espaço LEADER+, a decorrer na Loja do Mundo Rural, consistem na criação de um conjunto de animações calendarizadas e temáticas, criando hábitos de animação no espaço urbano, com temas que são cativantes para a população e que, paralelamente, actuam transversalmente na divulgação da nossa cultura e dos nossos territórios. Acções pontuais, criando um ciclo de animações que estará interligado com o quotidiano do mundo rural. As festas, momento de ruptura com a normalidade dos dias, têm uma relação directa com as estações do ano e portanto com o trabalho agrícola; quase todas

elas apresentando aspectos religiosos e profanos, associadas a manjares próprios, danças, músicas, entre outros, numa multiplicidade de características locais. Ao longo de cada estação do ano escolheu-se algumas das mais importantes fainas agrícolas e das festas de maior importância, para através delas destacar e promover os produtos, a cultura e o turismo. Em 2003 tivemos a *Cepa das Almas, As voltas do Azeite, Sonata de Outono, In vino veritas, Christium adoremus, Pecado da Gula*. Para 2004, teremos *O santo Entrudo, O pão nosso!*, com o galo a cantar e os queijos, o fumeiro, as ervas, a giesta...

ProRegiões



# LEADER-MED

Num seminário realizado em Montpellier, no fim de Setembro concluiu-se o trabalho preparatório para a elaboração do programa LEADER MED. Dando resposta a uma solicitação dos Ministros da Agricultura dos países mediterrânicos, o CIHEAM (Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos) reuniu os representantes dos Ministros da Agricultura, das organizações locais dos países mediterrânicos, os grupos LEADER+ dos países da União Europeia e os investigadores da Rede Agriculturas Familiares Comparadas (RAFAC) do CIHEAM que contribuíram para a construção participada deste programa.

O programa LEADER-MED, que se deverá integrar na política rural da União Europeia, apoiando-se nas orientações em matéria de vizinhança, tem dois objectivos principais: responder às necessidades manifestadas pelas populações e pelas administrações responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhar a emergência das políticas de desenvolvimento rural no Sul e no Leste do Mediterrâneo.

O programa inspira-se fortemente na experiência do programa LEADER, propondo uma abordagem territorial e multisectorial e a gestão/animação por um grupo de acção local, emanado dos actores do território. O LEADER-MED assenta numa cooperação Norte - Sul - Este, de zonas rurais a zonas rurais, entre Grupos de Acção Local LEADER+ e Organizações Locais dos

países do Sul e do Leste e permite estabelecer laços permanentes entre as sociedades civis e entre os actores de base do desenvolvimento rural.

Antes do seminário de Montpellier, 18 GAL portugueses manifestaram interesse em participar no programa LEADER-MED, aos quais se juntaram, posteriormente, mais dois GAL.

As respectivas delegações nacionais no seminário apresentaram os GAL LEADER+ interessados e as zonas do Sul e do Leste do Mediterrâneo potencialmente candidatas ao programa. A operacionalização da cooperação e a identificação dos temas prioritários requer um conhecimento mútuo destes dois grupos de territórios, o que apenas será possível com a divulgação por parte do CIHEAM das fichas de caracterização dos territórios, entretanto elaboradas. Enquanto não se inicia o programa LEADER-MED, pretende iniciar-se um programa experimental, baseado em projectos de parceria bilateral ou multilateral entre zonas rurais da UE, do Sul e do Leste (cooperação descentralizada) que permitirá testar antes do fim de 2004 em pelo 10 zonas rurais a metodologia a aplicar no LEADER MED.

Mais do que uma simples transferência de saber-fazer e de metodologia, os participantes provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbano, Egipto, Turquia, Malta e Albânia reafirmaram a vontade de uma aprendizagem em comum do desenvolvimento rural.

Minha Terra

## FAM TRIP

# Um rio, um rumo... o Tejo

A TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior através da sua estrutura operativa mkTAGUS – Animação e Promoção Turística do Ribatejo Interior, participou nos passados dias 3,4 e 5 de Outubro, na FAM TRIP – Um rio, um rumo... o Tejo.

Os três dias da iniciativa foram completamente absorvidos pelas mais variadas actividades. À mkTAGUS coube o dia 5, Domingo; depois de um passeio de jangada no Centro Náutico de Aldeia do Mato e uma visita ao Ecomuseu de Martinchel (com direito a um pezinho de dança no folclore da região e uma prova de sabores), a viagem continuou em direcção à Companhia das Lezírias. Tornar o Ribatejo num ponto de visita e lazer para turismo é o objectivo

desta promoção conjunta que contou com 16 entidades organizadoras nas áreas dos desportos radicais, hotelaria, restauração, astrologia e 11 operadores turísticos.

O balanço desta FAM TRIP é positivo, e a mkTAGUS já começou a ser contactada para organizar futuras visitas.

Cumprido o objectivo desta FAM TRIP, e a experiência da sua funcionalidade, a Região de Turismo do Ribatejo e os organizadores já pensam em novos projectos conjuntos como, por exemplo, a representação em feiras e certames.

TAGUS

## IV Festival de Sopas da Serra da Estrela

Sopa da terra, sopa de coelho com cogumelos e castanhas, sopa de rabo de boi, creme de urtigas com trufas, sopas secas, aveludado de perdiz com trombetas da morte, sopa de queijo da serra, foram alguns dos sabores que fizeram o IV Festival de Sopas da Serra da Estrela, organizado pela ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela.

Ao todo vinte e oito sopas estiveram a concurso, numa edição que bateu todos os recordes. Vinte e três participantes serviram mais de duas mil sopas. Uma verdadeira multidão encheu o recinto da Adega Cooperativa de S. Paio e, apesar da chuva que se juntou à festa, em menos de duas horas as panelas estavam vazias.

A presidir ao júri do concurso deste ano esteve o conhecido Chefe Silva que não poupou elogios ao Festival de Sopas da Serra da Estrela "Provei ótimas sopas, principalmente com artigos da região. Descrevo-as todas como sopas magníficas que vale a pena provar", disse classificando a iniciativa de "magnífica, especialmente quando se trata de sopas que são a base da alimentação portuguesa".

De referir que as sopas vencedoras da edição deste ano representam os cinco concelhos da zona de intervenção da ADRUSE. A Sopa de Castanhas,

da repetente Maria do Rosário Pinhanços Valente Pires, de Linhares da Beira, foi a grande vencedora. Conjuntamente com o grande prémio da Melhor Sopa do Festival, arrecadou ainda o primeiro lugar do escalão das Sopas de Castanhas – Sopas de S. Martinho. Aveludado de Perdiz com Trombetas da Morte (nome curioso para uma espécie de cogumelos), da Associação de Promoção Social, Recreativa e Desportiva de Juncais ganhou o primeiro prémio na categoria de Outras Sopas. No 3º Escalão do Festival – profissionais de restauração, a Sopa de Queijo da Serra, do Restaurante "O Italiano", de Gouveia, foi a vencedora. Muitos sabores e saberes variados que fizeram as delícias de uma população imensa que já espera pelas Sopas do próximo ano.

ADRUSE



## III Jornadas do Património Rural

Subordinadas ao tema "Materialidade, Lugar, Habitar", decorreram nos dias 29, 30 e 31 de Outubro, as III Jornadas do Património Rural. Uma iniciativa promovida pela TAGUS - Associação para o Desenvolvimento do Ribatejo Interior, em parceria com as Câmaras Municipais de Abrantes, Constância, Mação e Sardoal e o GAT de Abrantes, contando também com os apoios institucionais do Ministério da Cultura através do IPPAR e da Ordem dos Arquitectos.

Criar um espaço de debate amplo, de forma a divulgar, sensibilizar e dinamizar a preservação e salvaguarda dos valores patrimoniais em espaço rural, como também assinalar os testemunhos arquitectónicos contemporâneos na nossa paisagem e centros históricos, é o principal objectivo destas Jornadas.

Uma exposição intitulada "Arquitecturas Locais" e outra de retrospectiva destes 10 últimos anos de obras de arquitectura localizadas nos concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, o lançamento do livro e a estreia do documentário "Um Olhar à Arquitectura Vernácula" (produzidos expressamente para estas III Jornadas, com prefácio do Arq. Francisco Keil Amaral), a apresentação do Concurso Internacional de Ideias para a Área Arqueológica do Vale do Ocreza e de uma exposição sobre "Património Arquitectónico do Séc. XX" (que a Ordem dos Arquitectos vai desenvolver), foram alguns dos momentos deste evento.

Na opinião de um dos arquitectos organizadores do evento, Rui Serrano, "os temas tratados foram amplos e diversos sobre a temática da arquitectura e património rural, procurando abrir-se ao grande público questões de interesse através de conferências, troca de experiências ou conversas mais intimistas", ou ainda do "lançamento de um livro sobre a nossa arquitectura popular e o visionamento de um documentário (encomenda destas Jornadas) sobre o Património Rural".

"Proporcionar uma maior abrangência temática, reafirmando a importância da arquitectura, seja ela património ou não, como um facto cultural fundamental para a vida contemporânea e como uma mais-valia para a qualidade de vida das nossas comunidades" é, para Rui Serrano, o grande contributo destas III Jornadas do Património Rural.

Redacção  
Com a colaboração da TAGUS

## LEADER+ apoia projectos da LPN em Castro Verde

O Programa LEADER+ gerido pela Esdime reuniu no passado dia 20 de Novembro, no âmbito da Unidade de Gestão, tendo deliberado a aprovação de dois projectos da Liga para a Protecção da Natureza (LPN).

A organização das II Jornadas Ambientais (realizadas entre 7 e 9 de Novembro) e a concepção de material pedagógico para o Centro de Educação Ambiental de Vale de Gonçalinho, em Castro Verde, vão merecer um apoio deste Programa na ordem dos 25 mil euros.

As Jornadas Ambientais de Castro Verde, na sua segunda edição, constituem um dos poucos momentos de debate realizados na região sobre as problemáticas de conservação e valorização de modos de vida sustentáveis, que conciliem a actividade humana, particularmente a agrícola com a protecção de *habitats* de uma avifauna ameaçada. A organização deste evento, que reuniu no coração da Zona de Protecção Especial perto de uma centena de especialistas e interessados na matéria, debateu questões como as alterações às regras do Plano Zonal ou a conservação de algumas espécies como a abetarda ou o peneireiro-das-torres, entre outras.

As actividades realizadas centram-se, no caso do segundo projecto, na concepção de três folhetos temáticos e de guias pedagógicos para alunos e professores que permitirão potenciar toda a vertente de trabalho do Centro com as escolas.

Este trabalho de educação ambiental, na medida em que potencia a valorização e aquisição pelos jovens dum conjunto de experiências e conhecimentos relativos à preservação e conservação da avifauna existente naquela área bem como a uma exploração agrícola sustentável, é uma das mais-valias óbvias desta estrutura da LPN e que se enquadra na lógica de acção definida para o Programa LEADER+ da Esdime.

Esdime

### Workshops Projecto ADERE (EQUAL) 15 de Dezembro e 12 de Janeiro

"Sistemas Locais de Informação Económica e o Empreendedorismo" e "Higiene e Segurança no trabalho e Responsabilidade Social", são os temas dos *workshops* que a parceria do Projecto ADERE - Apoiar o Desenvolvimento Empreender para Reforçar o Emprego (no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL), irá realizar nos dias 15 de Dezembro de 2003 e 12 de Janeiro de 2004, respectivamente, no auditório do Pólo do Inovinter - Centro de Formação e Inovação Tecnológica, Vendas Novas.

[www.adere-equal.org](http://www.adere-equal.org)

### Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) 21 a 25 de Janeiro

A promoção da qualidade da oferta turística nacional é o principal objectivo da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), cuja 16ª edição decorre na Feira Internacional de Lisboa (FIL), no Parque das Nações, em Lisboa, de 21 a 25 de Janeiro.

FIL  
Telf.: 21 892 15 00  
E-mail: [fil@aip.pt](mailto:fil@aip.pt)

### 7º Congresso da Água 8 a 12 de Março

O 7º Congresso da Água constitui-se como o espaço para divulgar e debater a temática relevante para a gestão dos recursos hídricos junto de investigadores, técnicos, gestores e responsáveis que exercem a sua actividade nesta área. A Protecção dos Meios Hídricos e Qualidade da Água, Água e Agricultura, Planeamento e Gestão do Mercado da Água, Abastecimento e Saneamento de Água, Cheias e Secas, são alguns dos temas que poderão vir a ser abordados neste congresso, a ter lugar em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos - LNEC  
Telf.: 21 844 34 28  
Fax.: 21 844 30 17  
E-mail: [apr@apr.pt](mailto:apr@apr.pt)  
[www.aprh.pt](http://www.aprh.pt)

### 21ª Ovibeja 20 a 28 de Março

Palco privilegiado para a realização dos mais diversos encontros relacionados com o mundo rural, a Ovibeja realiza a sua 21ª edição de 20 a 28 de Março próximo. Os concursos e exposições de gado, festivais equestres, provas desportivas, gastronomia, artesanato, vinhos e outros produtos de qualidade estarão, como habitualmente, presentes no Parque de Feiras e Exposições de Beja. Uma organização da ACOS - Associação de Criadores de Ovinos do Sul.

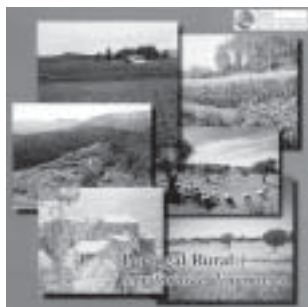
ACOS  
Telf.: 284 310 350  
E-mail: [acos@mail.telepac.pt](mailto:acos@mail.telepac.pt)

### 6º Simpósio Europeu sobre "Farming and Rural Systems Research and Extension" 4 a 7 de Abril

Após cinco simpósios de sucesso - realizados em várias cidades europeias - o IFSA (International Farming Systems Association), decidiu organizar o 6º simpósio em Vila Real, Portugal. Com um programa repleto de *workshops* temáticos ao longo dos três dias de trabalho, este simpósio terá lugar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). A língua de trabalho será o inglês.

UTAD  
Telf.: 259 350167  
E-mail: [acristov@utad.pt](mailto:acristov@utad.pt)  
<http://www.utad.pt/~des/ifsa>





Portugal Rural: territórios e dinâmicas  
Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2003

Com a colaboração do Professor Fernando Oliveira Baptista, Manuel Rosa e Cabral Rolo

O Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) desenvolveu, em 2001, um projecto denominado "Portugal rural: territórios e dinâmicas", que gerou dois produtos finais: uma tipologia hierárquica de territórios rurais, com os respectivos cartogramas e informação-síntese, e um "Atlas do Portugal rural" contendo os cartogramas dos principais índices analisados na base do projecto. A abordagem do desenvolvimento dos territórios rurais está centrada em quatro noções: fileira, agente, competitividade e território.

Esta base de dados vem responder a uma necessidade de normalização. A concepção, aplicação, acompanhamento e avaliação de instrumentos de política agrícola e rural requerem um quadro de referência espacial que permita: definir correctamente o âmbito territorial de medidas e acções integradas; realizar o diagnóstico subjacente a estas medidas e acções; acompanhar à escala adequada a aplicação dos principais instrumentos de política e, finalmente, no âmbito dos processos de avaliação desses programas, combinar a informação resultante dos sistemas de informação de apoio à gestão dos programas com a informação estatística disponível ou a resultante de esforços adicionais de inquérito.

"Portugal Rural: territórios e dinâmicas" construiu-se também graças à compilação de bases de dados do Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 1999, Censos da População 1991 e 2001 -agregado-, Estatísticas Demográficas, Estatísticas da Empresa, Estatísticas do Emprego, Contas Nacionais), do MADRP (Direcção-Geral de Florestas, GPPAA, INGA/IFADAP), da Direcção-Geral do Ambiente, do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, do Departamento de Planeamento e Prospectiva, do Instituto de Estradas de Portugal, do Instituto Português do Património Arquitectónico.



Moravska Trebova-Jevicko, Czech Republic, OECD Territorial Reviews  
Philip Wade, com a colaboração de Charles-Henri Di Maria, OECD

Com a participação de diversas organizações privadas e instituições da República Checa, de âmbito nacional, regional e local.

Este estudo pretende analisar as questões que se prendem com o desenvolvimento de entidades voluntárias, que se apresentam como parceiras regionais essenciais, embora não sejam figuras da administração. Os resultados e as recomendações deste estudo aplicam-se a mais de 200 entidades não públicas espalhadas hoje pelo território checo, correspondendo assim a uma corrente coerente de iniciativas existentes noutros países que se prendem com governança local, coesão social e desenvolvimento económico. Centrando-se no conceito de sustentabilidade, a análise e as conclusões e propostas gerais deste trabalho têm interesse para muitos países membros da OCDE que implementam políticas de desenvolvimento local com base numa coordenação efectiva entre os níveis nacional, regional e micro-territorial.

Moravska Trebova-Jevicko (200 km de Praga) é uma micro-região que tem que fazer frente a questões e desafios que são comuns às áreas rurais de diversos países. Quais são as condições de sustentabilidade para as iniciativas locais? Quais são as implicações em termos de governança local? Que tipo de parcerias públicas/privadas são necessárias para acompanhar estes esforços? Como é que a comunicação de informação relevante para o desenvolvimento pode ser melhorada a nível local e regional? Que papéis devem desempenhar as autoridades nacionais e regionais? Como é que o estudo de uma micro-região pode servir de modelo? Estas são algumas das questões examinadas por este relatório que integra recomendações práticas para todos os actores do desenvolvimento local, e mais particularmente das economias de transição.



JRC Joint Research Centre / European Commission – Information Package 2002-2003

Joint Research Centre - Comissão Europeia, 2003

O Joint Research Centre tem por missão conceber suportes científicos e técnicos úteis para a concepção, desenvolvimento, implementação e acompanhamento de políticas da União Europeia. Enquanto serviço da União Europeia, o JRC funciona como um centro de referência de ciência e tecnologia para a Comunidade. Próximo do processo de criação de políticas serve o interesse comum dos Estados-membros, sendo por isso independente de interesses comerciais e nacionais. Este CD-ROM compila uma série de recursos de 2002-2003 do Joint Research Centre, nomeadamente, uma lista das publicações da JRC, o relatório anual do JRC, vídeos, brochuras, boletins e panfletos informativos.



www.carrefour.org

Uma página na *web* é apenas um dos instrumentos de acção da rede dos Carrefours (Centros de Informação Europeia e Animação Rural). Uma *rede única* que tem por objectivo veicular informação comunitária no interior das comunidades rurais, ao mesmo tempo que se assume como "um local de encontro, um local de debate, onde podemos conceber novas acções e inovar". No sítio da Rede Carrefour é possível ficar a conhecer um pouco desta rede (iniciada em 1989 com o surgimento do primeiro Carrefour), o tipo de serviços que presta, etc., e a lista dos 134 Carrefours que actualmente desenvolvem a sua actividade em várias regiões da Europa, e respectivos organismos de acolhimento.



www.adeliacor.org

Convidando o cibernauta a entrar pelas portas da *Organização Actividades*, o site da ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores conta um pouco da sua história... quando foi criada, com que objetivos, quem são os seus associados e qual é a sua zona de intervenção. Através do item *Actividades* é possível conhecer de perto o trabalho desenvolvido no âmbito do LEADER II, designadamente alguns projectos representativos. Ainda neste item, o *link LEADER+* permite aceder ao *Resumo da Candidatura*, ao *Regulamento* e aos *Formulários* para imprimir ou enviar preenchidos via e-mail.



www.rits.org.br

O site da RITS - Rede de Informações para o Terceiro Sector é uma fonte de consulta prioritária para aqueles que procuram informações de qualidade sobre a legislação que se aplica ao sector, técnicas sobre a gestão das organizações que o compõem e textos sobre as práticas no dia-a-dia destas instituições, para além de referências bibliográficas, um centro de estudos com material teórico desenvolvido por pesquisadores especializados nos temas relativos às organizações da sociedade civil no Brasil e no mundo. A estrutura de navegabilidade deste site permite ao visitante visualizar facilmente as informações e perceber rapidamente a abrangência das actividades desta organização privada, sem fins lucrativos, criada em 1997, com a missão de ser uma rede virtual de informações, capaz de proporcionar às organizações da sociedade civil a oportunidade de compartilhar informações, conhecimento, recursos técnicos e promover a interacção de suas actividades através do uso de Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação, especialmente da Internet.

Pedras Sequeiros – cantaria e escultura em pedra

# Fazer “milagres” com pedras

Martinho, Eliseu e Diogo conhecem, como ninguém, a arte de transformar granito em peças orçamentais. Para os “irmãos Sequeiros” o gosto pela profissão é decisivo, e até já lhes valeu dois prémios nacionais.



Paula Matos dos Santos / INDE

O Prémio Nacional de Artesanato 2001, o primeiro prémio da Feira Internacional de Artesanato de 2002, uma menção honrosa e uma selecção em 1997 e 1999, são os “troféus” que a *Pedras Sequeiros, Lda.* ostenta com orgulho. Provas de reconhecimento da qualidade do trabalho dos artistas desta casa, não fazem com que Martinho Pereira, o mais velho dos três irmãos que dirigem e trabalham na *Pedras Sequeiros*, se sinta envaidecido. “Quando ganho um prémio não sei festejar, porque sinto que traz mais responsabilidade”. Reconhece contudo, que os prémios valem pelo “prestígio” e “motivam muito os clientes”. Prémios que Martinho Pereira estava longe de imaginar quando, em 1971, se iniciou no trabalho de construção civil. Uma longa experiência, com passagem por várias empresas e áreas de trabalho, até que, em 1987 lançou um negócio por conta própria. A principal área de trabalho continuou a ser a construção civil, mas iniciava já algumas experiências em pedra de adorno. É durante este período que ensaia a experiência de trabalhar com os dois irmãos mais novos: Eliseu e Diogo. Faziam fogões de sala, balaústres, pilares, fontes. Era então conhecido por “Martinho dos fogões”, devido às peças que produzia. Mas bastaram cinco anos para que Diogo e Eliseu fossem considerados aptos para a profissão. Por isso, em 1992, Martinho decide alargar o negócio a uma sociedade com os irmãos. Nascia assim a *Pedras Sequeiros*, nome surgido quase por acaso, mas que lhes ficou de tal forma ligado, que não há quase ninguém que não os conheça pelos “irmãos Sequeiros”.

Desde o início que o propósito dos irmãos foi mudar de área de trabalho. “Pensámos logo na área decorativa”, e trataram logo experimentar peças mais criativas e originais, tendo em atenção o aspecto artístico.

Recordam com nostalgia essa época, mas reconhecem que as primeiras peças tinham menor qualidade que as mais recentes. “Houve um tempo de afinação”, explicam. “Agora, as peças têm muito mais qualidade”.

Também, por essa altura, sentiram necessidade de melhorar a imagem da empresa recém-criada. Trabalhavam junto à estrada, numa encosta que parecia um estaleiro. “Não tínhamos condições para receber as pessoas”, esclarece Martinho. Daí que os “irmãos Sequeiros” tenham tomado a iniciativa de contactar a ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, com o objectivo de conseguir apoios para a renovação do espaço. A associação acolheu bem o projecto, e realizaram-se obras no espaço de exposição e produção. Assim, o início de 1993 conheceu umas instalações da *Pedras Sequeiros* de cara lavada. Com um “espaço de exposição e atendimento ao público.”

As novas instalações foram mais um impulso para que os “irmãos Sequeiros” avançassem para a produção das peças que ambicionavam, e o talento e originalidade marcaram pontos. “Surpreendemos muita gente com as peças apresentadas”, recorda Martinho. “Havia gente que nem acreditava que as peças fossem nossas”, acrescenta.

No espaço de exposição da *Pedras Sequeiros* começaram a aparecer figuras como “A Vaca das Cordas”, “Banda de Música”, “Mesa dos Quatro Abades”, “Pisada de Uvas”, “Nossa Senhora da Conceição”, “São Pedro”, ou “Santa Maria Madalena”. Figuras que marcaram o estilo de trabalho dos “irmãos Sequeiros”, contribuíram para afirmar a qualidade, e que lhes garantem a subsistência, vivendo principalmente “do trabalho artístico”.

Gosto pessoal determinante

A escolha por enveredarem pelos trabalhos artísticos explica-se pelo gosto pessoal. Martinho sabe que “ganhava mais na construção civil do que na pedra”, mas “tinha a certeza de que nesta área tinha muito mais para dar”. Dar forma ao granito, transformando-o em pequenas figuras humanas é uma arte. Uma oportunidade de “deitar para fora aquilo que tinha cá dentro”. Uma opinião partilhada pelo irmão mais novo, Eliseu,

para quem “neste trabalho é determinante o gosto pessoal”.

Por isso, a partir das 7h30, até à hora “que tem de ser”, é fácil encontrar os três irmãos, munidos de rebarbadoras, macetas, cinzéis, ponteiros, marretas, esmeris ou riscotes, em volta do granito, que segundo Martinho, “é 99,9 por cento da região”.

O valor das peças varia consoante o tempo que demoram a realizar. “Um tocador pequeno demora uns três dias de trabalho”, revela Martinho. Mas, “há peças que podem levar quase um mês de trabalho”. Aliás, a “peça mais demorada é capaz de ter sido uns dois meses ou dois meses e meio”, relembra Diogo. Foi um músico, tocador de concertina, com 2,15 metros.

Por isso, os preços são variados. “Vai desde um cinzeiro de 5 euros até quatro mil euros pelo músico”, passando pelos tocadores de concertina a 30 euros cada. “As peças mais procuradas são santos populares e músicos”, assinala Martinho.

Entre os principais clientes contam-se Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Igreja, Capelas, e alguns clientes particulares, numa rede que se estende “um pouco por todos os países europeus”, mas em que os clientes estrangeiros são quase todos particulares.

Com o seu trabalho, os “irmãos Sequeiros” contribuem para embelezar a região, e impulsionados pelos elogios frequentes prometem não parar por aqui. É que, conforme afirma Diogo, o trabalho em pedra tem um toque especial. “A gente pega numa coisa que não vale nada e transformamos numa coisa de que as pessoas gostam”. Um carácter mágico que Martinho reforça. “Somos senhores da pedra e fazemos milagres todos os dias”.

João Limão

**Pedras Sequeiros, Lda.**  
Cantaria. Escultura em pedra  
Carvalho Mouco - Calheiros  
4990 Ponte de Lima  
Telf.: 258 943 468  
Tel.: 91 783 94 62

## Ficha Técnica

### Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 15 | Dezembro 2003

### Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

### Redacção

INDE  
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º  
1700-213 Lisboa  
Tel.: 21 8435870  
Fax: 21 8435871  
E-mail: pl@inde.pt

### Mensário

### Directora

Cristina Cavaco

### Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Guilherme Lewes/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE

### Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

### Colaboraram neste número

Adeliçor, Adril, Adruse, Alcina Costa (Adae), Amândio Sousa Vieira, Esdime, Maria Priscila Soares (In Loco), Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Minha Terra, Pedro Dornellas, Pedro Saraiva (Tagus), ProRegiões, Rude, Tagus, Vicentina

### Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

### Impressão

Diário do Minho  
Rua de Santa Margarida, n.º 4  
4710-306 Braga

### Tiragem

6 000 exemplares

### Depósito Legal

n.º 142 507/99

### Registo ICS

n.º 123 607

